



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA N.º 68

Aos dezasseis dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, nesta Cidade de Aveiro e Salão Cultural do Município, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, na Quinta reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro, sob a Presidência do Presidente, Rogério da Silva Leitão, Secretariado pelos Vogais, António de Sousa Dinis Correia e João Pedro Simões Dias, respectivamente Primeiro e Segundo Secretários, este último em substituição do titular do cargo e com a presença dos Vogais, Manuel Simões Madail, Manuel Rodrigues Simões, Fernando Tavares Marques, Manuel Arede de Jesus, José Ferreira de Almeida, Manuel Branco Pontes, Manuel Bolais Mónica, Artur Lopes Lobo, José Alberto Martins de Carvalho, Gonçalo Nuno Caetano Alves, Armando Manuel Dinis Vieira, Artur da Rosa Pires, Victor Manuel Cepeda Mangerão, Carlos Manuel Silva Santos, Francisco Manuel Alves da Costa Braga, Manuel Ferreira da Cruz Tavares, Nuno Teixeira Lopes Tavares, Raul Ventura Martins, Virgínia Celeste da Silva Veiga, João Ferreira da Peixinha, João Alberto Simões Barbosa e António Manuel dos Santos Salavessa.

Pelas 21,00 horas, o Sr. Presidente da Mesa declarou aberta a presente reunião.

Procedeu-se à chamada e verificaram-se as faltas dadas pelos Vogais, Élio Manuel Delgado Maia, João Gabriel Ferreira dos Santos, Diogo Manuel Soares Machado, José Maria Dias da Silva, Joaquim dos

Santos Abreu, João Tavares Duarte, Custódio das Neves Lopes Ramos, Álvaro Patrício do Bem e Libério da Silva Santos.

Imediatamente a seguir, retomou-se a ordem de trabalhos da reunião anterior.

PONTO N.º 3 – SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS E ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA 1997.

DELIBERAÇÃO DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AVEIRO DE 03-12-1996: - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA 1997: Também no seguimento do deliberado na última reunião e depois da necessária análise, foi posto à votação o Plano Plurianual de Investimentos e Orçamento Financeiro dos Serviços Municipalizados para o Ano de 1997, tendo o mesmo merecido aprovação, por unanimidade.

O Vereador Sr. Eduardo Feio, em nome dos Vereadores Socialistas, apresentou a seguinte declaração de voto: "Votamos favoravelmente os documentos apresentados dado que consideramos prioritário para o Concelho a resolução dos problemas de saneamento básico e este Plano assumir essa acção como prioridade. Não podemos mesmo deixar de referir a nossa intervenção aquando da votação do Plano anterior, em que referimos: "A outra questão que se nos levanta é a falta de mais ambição na instalação do saneamento básico no Concelho, aproveitando dois factores que se conjugam: a existência de fundos Comunitários e a capacidade de endividamento. Pensamos que com a conjugação deste dois factores se poderia ir mais longe". As questões ambientais são desde sempre, no nosso entender e na nossa intervenção Autárquica, questões prioritárias e nesse quadro a aposta na resolução do problema do saneamento do Concelho (problema antigo e problemático tendo em atenção as características do ecossistema onde estamos territorialmente inseridos) é assim um contributo para o nosso sentido de voto. A referência de que todos os problemas anteriormente verificados ao nível da contabilidade dos serviços estão sanados, associados a uma melhor visibilidade da estratégia de desenvolvimento das opções de investimento, a que não é alheio o modelo de contabilidade dos Serviços e a existência de um Plano Plurianual de investimento, são outros factores que motivaram o nosso sentido de voto,"

Seguidamente usou da palavra o Sr. Vereador Victor Silva, para fazer apresentação da proposta supra, cujo documento foi previamente

distribuído por todos os Deputados desta Assembleia. Colocando-se de imediato à disposição dos Srs. Deputados Municipais para eventuais esclarecimentos.

Aberto o período de pedidos de esclarecimentos, usou da palavra:

Vogal João da Peixinha:

"Em primeiro era para informar esta Assembleia, de que o que no ano passado não era viável, hoje já é viável. No ano passado, por esta altura, (foi no dia 03.01.95 conforme consta na respectiva acta) e depois de ser posta a esta Assembleia as despesas que realmente havia e os prejuízos que os autocarros davam, eu sugeri e apresentei como solução, um caso que era da Câmara Municipal de Almada, a compra de mini-autocarros que talvez resolvessem e fossem a solução para isto. O Sr. Eng. Victor Silva talvez porque na altura ainda não tivesse pensado bem nestas coisas disse que talvez não fosse a solução, hoje fico contente por saber que um ano depois realmente é a solução a compra dos mini-autocarros. Outra pergunta que eu queria fazer ao Sr. Eng. Victor Silva, para ver se realmente, o material que vão aplicar na estação elevatória do Parque, a nova, se realmente é a solução ideal para aquela zona? como o Sr. Eng.º sabe, há outro tipo de material, que também foi sugerido aos Serviços Municipalizados, os Serviços Municipalizados adoptou este, mas há outros. Outra coisa que eu queria aqui também dizer, era, e que realmente eu não via aqui, era a Ria, que continua a ser maltratada. Posso dizer que junto à minha casa, ainda há o esgoto a ir para a Ria, porque ainda não há saneamento em duas ou três casas, no Cais dos Molicieiros; realmente no centro da cidade ainda vai para um braço da Ria, o esgoto sem ser tratado."

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais, Carlos Filipe de Andrade Neto Brandão e Jorge Manuel do Nascimento.

Vogal António Salavessa:

" Sr. Presidente Srs. Deputados, acho extremamente interessante e positivo, que haja um documento que emana de um órgão dependente desta Autarquia, que na introdução Plano Plurianual de investimentos e num Plano de Actividade para o próximo ano, realça, a componente de serviço Público e o objectivo da prestação de serviço Público, de uma forma muito clara, como aquela que é orientadora da sua actividade. Regista-se essa intenção, e esperemos que este ano que vai entrar, corresponda em termos de execução, à persecução real desses objectivos. Uma das primeiras questões que eu queria colocar, prende-se com a questão, da entrada em funcionamento, do "Sistema de Carvoeiro". Fala-se em vários locais deste plano, na componente da melhoria da

qualidade da água; em lado nenhum é afirmado, ou se sugere, de que a entrada em funcionamento, ou o início dos fornecimentos, do sistema multi-municipal de Carvoeiro, possa ou não por si só, ter conduzido a uma melhoria global da qualidade da água do Município. Penso eu, e queria que me confirmassem, se a qualidade dessas captações, quer do ponto de vista químico, quer do bacteriológico, é claramente superior à das captações que eram feitas no Concelho. Eu estou plenamente de acordo e penso que todos estão de acordo, com a perspectiva de dar descanso e o máximo de descanso possível, às captações subterrâneas de água. Porque a qualidade se vinha degradando, porque é muito mais lenta a reposição desses lençóis, e que se deve preservar essa questão. Também estou de acordo com o objectivo de manter as captações operacionais; portanto perante uma avaria, perante uma ruptura, perante uma situação pontual, a necessidade de ter um bom número dos furos que actualmente estavam ao serviço, mantê-los operacionais, deve ser de facto, um objectivo da Câmara. Eu aqui cruzava uma outra questão, que é a questão dos custos. É evidente que há custos que não são contabilizados; a qualidade da água é um, o esgotamento de recursos é outro, portanto, há aí questões que também devem entrar numa avaliação. Mas no concreto, o que é que significa em termos de custos, para os serviços, parar, as captações, e começar a comprar a água ao sistema multi-municipal do Carvoeiro. Significa a mesma coisa? Um pequeno agravamento? Um grande agravamento? Neste Plano de Actividades estão lançados 105 000 contos, só para este ano, para a compra de água ao sistema multimunicipal, o Município propõe-se gastar 105 000 contos. E quando, olhamos, para um dos mapas, para a demonstração provisional de resultados, vemos que há de facto um significativo agravamento dos fornecimentos e serviços externos, de 1996 para 1997 da ordem dos 130 000 contos. É ou não esta compra de água que começa a pesar? Eu coloco isto, Sr. Presidente e Srs. Deputados, por outra razão. Tal como, tenho falado e o PCP tem levantado, a questão da entrega a privados do sistema de recolha de resíduos sólidos, penso que um dia também teremos que fazer as contas da concessão a privados, do sistema regional do Carvoeiro. É evidente que o milhão de contos que deram à cabeça, e que permitiu a liquidação da dívida e dos encargos que se estavam arrastando com a construção da obra, poderão ter feito jeito na altura, mas, se descontarmos esse pagamento à cabeça, se virmos que, a quota que as águas do Vouga vão pagar este ano ao conjunto dos Municípios (o Sr. Vereador disse há dias que era cinquenta e tal mil contos e que desses cinquenta e tal mil contos, só 52% é que são para Aveiro), ou seja, são vinte e tal mil contos, se calhar descontando despesas da própria Associação do Município, vamos receber 20 000 contos da concessão, mas vamos pagar 105 000 contos da

água. Esta diferença de 80 000 contos este ano, vai-se juntar a outra diferença de 80 ou de 90 ou de 100 mil contos daqui a um ano e do ano seguinte e assim sucessivamente. Daqui eu me questiono, tal como questionei na altura, em que foi deliberada a concessão a entidades privadas, é quanto é que isto nos vai custar? E espero que hoje nos dêem já um tópico nessa resposta, portanto, isto parece a tal cruzada quanto à apropriação dos interesses do Concelho, por interesses empresariais privados, mas é uma cruzada que tem fundamento nos números.

Quanto aos transportes, registo com preocupação, de não se saber muito bem, qual vai ser a evolução até ao ano dois mil. Penso que deve haver um estudo sério desta situação, e que, não se comece a recuar num plano de expansão no transporte público, por indefinição. Eu, como leigo na matéria, penso que não se deve temer, a implementação do transporte metropolitano regional e que pelo contrário, se deve pensar, como potencialidade, a existência desse transporte metropolitano regional, porque é um transporte que se desloca em eixos muito concretos e portanto quem opta, em Ílhavo, ou em Águeda, ou nalguns sítios servidos pelo transporte regional, para se deslocar a Aveiro por esse meio de transporte, precisa depois de outro transporte complementar, precisa nos sítios onde há as paragens do transporte metropolitano regional, que haja acesso e ligação aos outros locais. Este apostar no futuro, em meu entender deve ser feito por parte dos Serviços.

Quando se fala na definição de objectivos, penso que, quando se fala da compatibilização das acções programadas dos SMAs, com o planeamento municipal, à um bocado o exorbitar, nalgumas alíneas, daquilo que deve ser o papel dos Serviços Municipalizados. Este Plano Pluri-anual, aponta como aspecto positivo, a existência de uma estabilização da situação económica e financeira dos Serviços. Esta questão quanto a mim, pode ser verificada num ou outro ponto, mas há um aspecto que gostava que me fosse explicado, é que ao mesmo tempo, que nos falam da estabilidade económica e financeira, aquilo que nos é apontado no concreto para o ano que vem, para este ano que está agora a começar, é um agravamento geral dos resultados do ano. Portanto, prevê-se, em comparação com 1996, prevê-se, agora um resultado negativo para 1997, tal como todos os outros resultados, que constam da demonstração provisional dos resultados, quer os resultados operacionais, quer os resultados financeiros, quer correntes, quer do exercício, prevêem um agravamento em 1997. Como é que nos falam em estabilização económica e financeira, quando apontam para o próximo ano, um agravamento de todos estes resultados? Terá que haver explicações mais adequadas. Quanto a objectivos sectoriais, eu não me ia alongar muito, já falei da questão do abastecimento público e da água, já coloquei a questão

do Carvoeiro, só sublinho, que a taxa de atendimento em saneamento básico que é apontado 71%, sendo, das mais altas do Distrito e reconheço que é das mais altas do Distrito, exceptuando São João da Madeira, por razões que são óbvias, continua a ser em termos nacionais, um valor não muito elevado e comparado com alguns Distritos (e aí deixem-me puxar pelo lustro da CDU) em que a CDU exerce as maiorias, essa taxa de atendimento é claramente superior. Registe-se, um salto que é proposto para quatro anos, esperemos que seja conseguido, passar dos 71% para os 85%. Na página 8 "Direcção de Serviços de Transportes Urbanos", Sr. Vereador, o primeiro parágrafo 2.1 desse capítulo, a sua leitura para mim, é totalmente hermética, não consigo perceber, o que se quer dizer nesse parágrafo. Não sei se há para aí gralhas, se não há gralhas. Eu pedia que me traduzissem este parágrafo, até porque pedi ajuda, para traduzir este parágrafo e não conseguiram; portanto ajudem-me a perceber o que está aí escrito. Também, está apontado uma transferência, superior a 600 000 contos em 1996 e uma transferência superior a 600 000 contos em 1997, da Câmara para os Serviços Municipalizados, e queria colocar a este respeito duas questões. Primeiro, a de 1996 foi ou não foi cumprida? Segundo, em relação a 1997, qual é a quota parte, nesta transferência, de efectivo investimento Municipal diferenciado, ou a Câmara ser um mero intermediário de financiamentos governamentais ou de outras fontes, para os Serviços Municipalizados. Como foi o ano passado, se foram transferidos ou não e este ano como é que é? No balanço provisional, está inscrita uma dívida dos Serviços Municipalizados à Câmara Municipal de Aveiro de 850 000 contos; gostava que me explicassem esta dívida que surge este ano, e pergunto, se isso tem alguma coisa a ver com o desaparecimento da dívida à EDP. Portanto que fosse explicado hoje, claramente, essa situação e como é que é a Câmara vai mesmo pagar aos Serviços Municipalizados? Além da transferência dos seiscentos e tal mil contos a Câmara ainda vai mandar os 800 000 contos? Vai pagar a dívida? Porque, com o pagamento dessa dívida, de facto, a situação financeira dos Serviços fica assegurada durante bastante tempo.

Por último, como é que é previsto este ano, no que diz respeito aos custos salariais, uma diminuição da remuneração base em 35 000 contos, comparado com o ano anterior, ao mesmo tempo que se prevê um aumento de 70 000 contos em outras remunerações? Ou os trabalhadores passaram a receber menos, ou passam a receber menos do que aquilo que recebiam, ou há uma grande limpeza nos quadros."

Entretanto, deram entrada na sala os Vogais: Lourenço Martins dos Santos, Manuel António C. Rodrigues da Silva, Victor Manuel da Silva Martins e Ernesto Carlos Rodrigues Barros.

Vogal Raúl Martins:

"Em primeiro lugar, o que eu gostaria de saber é: os balanços provisionais que são apresentados na página 12, reflectem uma situação de falência técnica dos serviços. O capital próprio e o passivo, têm valores altamente negativos. E uma das perguntas que eu gostava de fazer é como é que se encara definitivamente, a solução para se deixar de apresentar a esta Assembleia, sucessivos documentos, em que os Serviços Municipalizados estão falidos tecnicamente? E até nem compreendo, por exemplo nessas dívidas que o Sr. Salavessa falou, à Câmara Municipal, que aumentarão durante o ano de 1997, 855 807 contos, muito sinceramente, não compreendo como é que elas aparecem porque não vejo, o respectivo reflexo no mapa de origem de fundos, não vejo lá estes montantes efectivamente pré-determinados. No referente a este montante e é um montante avultado, nada foi referido no Plano de Actividades e Orçamento para 1997 da Câmara, e fico sem perceber, como é que, os Serviços Municipalizados, ficam devedores à Câmara do montante desta quantia, 855 000 contos, se no Plano de Actividades da Câmara nada era referido, como um empréstimo aos Serviços Municipalizados neste montante. Eu, efectivamente considero que este documento é um bocado impenetrável, com as explicações que nos são dadas; além disso verifico que há uma rubrica, de acréscimos e diferimentos, que não traz qualquer explicação, que passa para dois milhões e treze mil contos, acho que é uma quantia demasiado elevada, para que não exista uma explicação (pág.12). Uma coisa que eu sugiro é que definitivamente, se fale com a Câmara e pelos meios legais que é possível e que estão à disposição, quer dos Serviços, quer das Câmaras, se deixe de apresentar esta situação, que efectivamente, é manifestamente caricata, que é a manutenção dos Serviços, sucessivamente, exercício após exercício, sucessivamente falidos tecnicamente. Há que ter a coragem de resolver o problema de uma vez. Efectivamente o capital social, que aqui estava inicial era 195 000 contos, a situação do capital próprio e passivo já vai negativa, é previsível que seja negativa para o ano de 1997 em 520 000 contos. É óbvio, que é uma situação que não se deve manter, e que se o nosso código comercial estivesse todo em funcionamento, nomeadamente o seu artigo 35º, não se podia manter de maneira nenhuma."

Vogal Cruz Tavares:

" Sr. Presidente, Srs. Deputados, não queria falar propriamente da questão orçamental, mas partilho das preocupações já expressas, da falta de cozedura, entre o Orçamento da Câmara e o Orçamento dos Serviços. Parece-me que esta discrepância é sanável, é saudável que seja rapidamente sanada, e que, rubricas que aparecem com o seguimento natural, no Orçamento da Câmara, não apareçam no

Orçamento dos Serviços e vice-versa, parece que estamos em presença de entidades diferentes.

Eu queria falar mais sobre a parte de águas e saneamento e principalmente transportes. Normalmente o Plano de Actividades dos Serviços, não trazem grande controvérsia em matéria de água e saneamento. Trata-se de sectores que têm um limite de ousadia relativamente baixo, quer dizer, uma vez garantida a segurança do sistema, uma vez garantida a sua funcionalidade, há apenas que procurar uma economia dos meios, economia que, ao contrário do que já foi dito hoje, não é só a procura de aquisições a baixo custo. Como todos sabem é necessário contabilizar também, os custos da manutenção do material no período útil de vida do seu funcionamento. Quando se fala aqui, que se escolheu o equipamento porque ele é mais barato, eu chamo a atenção para esse aspecto, o custo e a economia não é só o preço de custo, envolve também os custos de manutenção. Relativamente a águas e saneamento, realmente são estes os problemas que condicionam, a escolha e a actividade dos Serviços Municipalizados e normalmente, ano após ano, não há grande controvérsia em relação a isso. Já no sector dos transportes, acontece que, há mais espaço para se ousar, há mais espaço para uma mentalidade de maior risco, e isso de facto, ano após ano, não tem acontecido. Este ano não temos os elementos que nos anos anteriores nos foram fornecidos e que tornavam evidente, o decréscimo de ocupação dos transportes por autocarro, mas suponho que esse índice de ocupação não tem melhorado, e também, não se verificam iniciativas, que consigam inverter a situação. E aqui sim, é que se pede aos Serviços, que experimentem, que tomem novas iniciativas, que procurem inovar e que arrisquem, mesmo que possam esperar alguns dissabores. Repetidamente tenho falado neste raciocínio: Um autocarro tripulado por um condutor tem custos fixos; quer leve 10 passageiros, quer leve 40. Isto conduz, naturalmente à ideia de que se em vez de 10 passageiros pagando 100\$00 cada um, se conseguir levar 40 passageiros pagando um quarto do custo do bilhete, os custos fixos são rigorosamente iguais, e o serviço público é multiplicado por quatro. Eu pergunto, porque é que não se tenta mesmo provisoriamente, baixar drasticamente, os preços dos ingressos nos autocarros. Mais, eu pergunto porque é que não se promovem meses de circulação gratuita nos autocarros, nos fins de ano, no mês das festas da Cidade, nos meses de grande afluência turística, que prejuízo viria para os Serviços, se os autocarros durante um mês, ou durante duas ou três semanas não cobrassem bilhetes? O prejuízo com certeza no fim do ano seria absorvido, e criar-se-ia hábitos, que poderiam resultar numa maior afeição, porque é um problema de afeição da população aos serviços e aos autocarros. Há campanhas lá fora e toda a gente sabe, eu não preciso de

lembrar, que em termos de circulação, em termos de estacionamento, um autocarro com 40 passageiros e que ocupa aproximadamente 20 metros de via, equivale a uma fila de cerca de 200 a 300 metros, se esses utentes do autocarro usassem a sua própria viatura. Ou seja, estrategicamente o uso do transporte público, é um investimento que compensa, em termos de tráfego e de capacidade das vias, e em termos de melhoria do estacionamento. Não se viu ainda uma iniciativa de fundo da nossa Câmara, no sentido de mudar os hábitos da população, e encaminhá-la para o uso habitual, frequente e diário, do autocarro."

Vogal João Barbosa:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu vou ser muito breve. Visto que pensam adquirir alguns mini autocarros, eu queria saber se pensam fazer carreiras pela zona da Beira Mar ou no Canal de São Roque, ou se esta zona vai continuar a ser esquecida e desprotegida. Da mesma maneira, queria chamar à atenção pela falta de coordenação entre os Serviços e a Câmara Municipal, no arranjo dos pavimentos. Sempre que há avarias nas canalizações, os Serviços de uma maneira geral, abandonam os pavimentos em estado lastimoso. Umas vezes dizem que é da Câmara, a Câmara ou não tem pessoal ou não sabe, e só depois de muitas reclamações é que vão arranjar. O que se pedia era mais coordenação e eficiência entre as duas partes."

Vogal Virgínia Veiga:

"No que respeita à questão da água subscreveria em grande parte o que foi dito aqui pelo Senhor Salavessa. No que respeita ao Carvoeiro e no que respeita questões de saneamento e de poluição, subscreveria também a não menos brilhante intervenção do meu colega de bancada João da Peixinha. E permitia-me fazer aqui um pequeno reparo ao Eng^o Victor Silva, esperando que a gente não volte a repetir o pugilato político de que fomos protagonistas nesta Assembleia, neste mandato, e que até agora se mantém aqui no "guinness" local, e que tem a ver com a mesma coisa. (Aproveitando para subscrever a intervenção do Sr. Eng^o Cruz Tavares) há qualquer coisa mal explicada, neste fraquíssimo índice de ocupação, que este ano não nos é fornecido dos transportes públicos.

As pessoas é sabido, normalmente tendem a utilizar os seus próprios transportes com vantagem do ponto de vista da qualidade de vida. Se não utilizam os transportes públicos é porque eles nada oferecem em termos de preço e em termos de qualidade de vida. Há qualquer coisa de mal explicado nesta falta de utilização e essa qualquer coisa, para a qual

foram apontadas soluções pelo Eng.º Cruz Tavares, necessitariam de outra ponderação que não seja pensar-se por um segundo que seja que o congestionamento do tráfego possa ser solução. Isso é uma maneira de pensar pouco adequada a uma gestão de um serviço público e, evidentemente, que a situação merece medidas da natureza daquelas que já foram propostas, ou outras certamente equacionáveis. E, portanto, a minha intervenção tem sobretudo a ver com chamada de atenção para isso. Sobretudo também porque vejo alguma apetência excessiva pela questão dos mini-bus, como se a questão dos transportes de Aveiro estivesse não em fazer (também já agora como achega à intervenção do Eng.º Cruz Tavares), corredores de bus, até para nós termos um ar de Cidade civilizada. Não temos um único corredor de bus. Mas a questão põem-se a vários níveis: quer de eficiência dos próprios transportes, quer de qualidade, da qualidade referida pelo Sr. Salavessa, em matéria de abrigos e, obviamente, de preços, os transportes são caros.

Há toda uma série de medidas que me parece que devam ser pensadas, previamente a este "boom" (que de algum modo me assusta, a menos que me expliquem melhor) das aquisições dos mini-bus seja pela Câmara, seja pelos Serviços Municipalizados, quer seja oferecidos pelos Holandeses, o que ainda ninguém nos explicou. Porque já nos prometeram aqui que iam andar por aí uns bus dos Holandeses e até agora nada. E ninguém explicou coisíssima nenhuma. Portanto, vamos esperar que seja hoje que seja dada a explicação.

Portanto, relativamente aos mini-bus, assusta-me um bocado a ideia de que esteja a tentar prosseguir-se esta política: deixamos para aí uns congestionamentos, a seguir, como não há gente para ocupar autocarros, compramos uns mini-autocarros e resolve-se o problema. Ora, o problema não é arranjar transportes de capacidade inferior. Parece-me bem que é fazer com que a população de Aveiro se sinta bem nos grandes autocarros e não provoque as "bichas". Não vou repetir o que disse o Sr. Eng. Cruz Tavares, "bichas" que tornarão a nossa cidade parecida com todas as outras.

Finalmente, para subscrever também a inquirição feita pelo meu camarada de bancada Raúl Martins relativamente à verba devedora dos Serviços Municipalizados, dos 855 000 contos não contidos também no Orçamento da Câmara".

Vogal Rosa Pires:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu gostava de deixar de facto aqui uma expressão que não vi hoje invocada, e julgo que este documento

merece. Eu acho que há uma melhoria clara, em relação à exposição de posições. Há clarificação do pensamento, e há preocupação em que seja claramente perceptíveis por quem lê, e portanto e isso não tinha talvez sido aqui referido, julgo eu, e merece ser. As ideias estão claras em relação aos objectivos, e até é fácil em muitos casos ver como é que os objectivos se traduzem em acções concretas, e portanto isso acho que é uma vantagem grande e uma inovação do tal gradualismo que se falava anteriormente, que deve ser registado. Gostava de dizer também que por exemplo não há um colete de forças em relação às estruturas sectoriais. Encontramos aqui um conjunto de objectivos e depois vamos às questões sectoriais, portanto há um elencar de cinco preocupações essenciais e depois vamos aos objectivos sectoriais, portanto, a manifestação do Plano de Actividades da Câmara, que está sempre associado aos objectivos orçamentais não é, necessário e inevitável que assim seja e uma prova é este Plano. Por outro lado introduz também algumas preocupações, que não são necessariamente traduzidas, em questões orçamentais, o que eu acho útil. Por exemplo, este primeiro objectivo de compatibilização, das acções programadas, dos Serviços Municipalizados com o Planeamento Municipal.

Acho que é uma ideia interessante, espero que possa vir a concretizar-se, não tem necessariamente uma tradução, uma preocupação de actuação por parte dos Serviços, acho útil. Contudo, peca ainda por um aspecto a meu ver, se me permite, que é a questão da fundamentação. Normalmente estas exposições não estão fundamentadas e daí que agora, não há uma grande fundamentação, eu esperaria mais, e seria desejável mais segundo creio. Mas aí este debate se gerou, não sei se a questão da situação económica ou financeira, se pode ter uma posição tão optimista quanto ela consta do trabalho, face às questões que foram levantadas, designadamente pelo deputado Raúl Martins e se por exemplo estas questões dos transportes, de facto foram ponderadas várias alternativas, se as opções estão suficientemente fundamentadas, face por exemplo ao que disse o Sr. Engº Cruz Tavares, que levantou outros aspectos. Fica de qualquer modo, o registo, que eu gostava aqui de assinalar, de que se deram passos importantes e que se torna um documento mais fácil de ler, mais agradável de debater."

Vogal Manuel António:

"Só um comentário muito breve, à rubrica Transporte Urbano e ao texto que aparece na introdução. É um texto que vem levantar uma série de feridas que nós temos vindo a denunciar ao longo deste tempo, e que eu concordo em quase tudo o que diz. Primeiro, vem afirmar a falta de alternativas que existem no eixo Esgueira, Aveiro, Ponte Praça e

Eucalipto, o que é que quer dizer? Quer dizer que, esta Cidade tem sido má planeada, se é que podemos falar em planeamento, no que respeita à funcionalidade do transporte urbano. Quer dizer que, em Aveiro, ao longo destes anos todos, têm sido criados dois tipos de transportes, que é: andar de carro ou andar a pé. De resto, não dá para haver mais nada, como se reconhece neste documento que aqui está, quer dizer que, acesso de transportes públicos às zonas velhas, tal como o Sr. Barbosa referiu, é impensável; mas também há zonas novas que não há solução, não há alternativa. As zonas novas que têm sido construídas, são zonas novas onde os transportes públicos não entram. Facilmente, podemos imaginar que um autocarro não passa no bairro da Gulbenkian, um autocarro não passa no interior da urbanização da Forca, um autocarro não passa no interior da urbanização do Carramona, etc., etc. Uma outra ideia, que aparece neste texto, é da falta que faz o ordenamento do trânsito. Um ordenamento do trânsito, que nós já andamos a reclamar, que eu me lembre há dois mandatos, o tal estudo sobre o trânsito, que, o Coronel Martinho no mandato anterior nos tinha proposto em nome da Câmara Municipal. Até hoje, o último ano deste mandato, estamos à espera deste ordenamento do trânsito, que afinal, está a condicionar também o planeamento dos Serviços Municipalizados.

Uma terceira ideia, também, surge neste documento e queria chamar à atenção, é que, mais uma vez não se tem horizontes, apesar de nós falarmos muito de Aveiro é central, Aveiro deve interagir com os Concelhos vizinhos, Aveiro deve ter uma postura diferente, deve ser líder de uma Região, deve ser todas essas coisas que nós por vezes aqui dizemos, é que na prática isso não acontece. E aqui quando se diz, "que a rede de transporte, está completamente em cima da área do Concelho e dadas as características da actual legislação não é possível a procura das franjas de produção de passageiros", penso que isto, é uma ideia conservadora ao máximo e de dizer: Coitadinhos de nós, que não conseguimos expandir para lado nenhum, coitadinhos de nós, que afinal as leis, em vez de nos ajudarem só nos prejudicam. Quer dizer, eu penso que nós temos que ter uma ideia positiva acerca de todas estas coisas. É importante que a rede de transportes públicos se estenda a outros Concelhos? Nós já aqui defendemos que é, principalmente para o Concelho de Ílhavo. Então se é, vamos fazer força e que seja um objectivo deste Plano de Actividades (era bom que fosse), que era, vamos estender a rede de transportes públicos urbanos para Ílhavo, por exemplo; ou para outro sítio qualquer. Neste momento a legislação não permite, no entanto, nós vamos tentar para que haja uma alteração da legislação, uma vez que isso vem ao encontro daquilo que são os anseios das populações. É esta a perspectiva com que nós devemos tratar estes pontos e não com este

aspecto miserabilista, dizer: Fizemos tudo o que está ao nosso alcance, por isso não podemos fazer mais nada, paciência."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, queria aqui apenas citar três situações e pedindo aos Serviços e ao Sr. Presidente do Concelho de Administração dos Serviços Municipalizados, que faça o favor de mandar rectificar as informações que nos chegam, não é que isso tenha mal nenhum, de especial, mas não é agradável para nós, Junta de Freguesia de Oliveirinha recebermos relatórios, plantas, que de referem à nossa Freguesia, terem lá escrito Quinta do Picado. É lamentável que os funcionários dos Serviços Municipalizados não saibam, que a Quinta do Picado é um lugar da Freguesia de Aradas e que depois de Quinta do Picado há um lugar que se chama Quintãs, que se calhar não é inferior e que é da Freguesia de Oliveirinha; não é que isso tenha grande mal, mas gostaríamos de ver postas as coisas no seu sítio. Depois Eng^o Victor, como sabe, nós tivemos sempre extremo cuidado, ao longo de vários anos, porque apercebemo-nos há uns anos (e bem que os senhores rectificaram) de que pretendia-se ao longo da Estrada Nacional 335 fazer a rede de esgotos na Freguesia de Aradas que incluía o tal lugar da Quinta do Picado e como sabe, bastantes vezes insisti, que a fazer-se a recuperação da Estrada Nacional 335, a rede de esgotos teria que ir até ao limite do Concelho. Pronto, isso está conseguido, mas nas plantas não se fez a destriça das Freguesias e como nós sabemos que o Sr. Presidente da Junta de Aradas é um homem muito influente, qualquer dia quer juntar à Freguesia de Aradas o lugar de Quintãs e nós não gostaríamos que isso acontecesse. Depois nota-se que o crescimento da rede de esgotos, é tímido para sul, nas Freguesias rurais, e eu tenho que lamentar. O Sr. Eng^o Canas dizia-me há pouco que "são as pendentes que obrigam a determinadas decisões de investimento", e reparem meus senhores, há aqui uma das verba para investir em esgotos, nas Freguesias de São Bernardo e Oliveirinha, são 20 ruas, 18 são de São Bernardo, 2 são de Oliveirinha; portanto, vejam se aqui há equidade na distribuição das verbas. Sr. Eng^o Canas na freguesia de Oliveirinha e ao longo da rede principal, há também ruas com pendente, não são só aquelas duas, há outras e que se calhar precisariam bastante de ter a rede de esgotos, como as outras de São Bernardo. Mas, se vão investir 100 000 contos, não se podem investir 8 000 em Oliveirinha e 90 000 em São Bernardo, não está certo.

Ainda quanto aos transportes públicos, há vários anos que vimos reclamando a colocação de abrigos em algumas paragens, que muito nos preocupa verem crianças e pessoas idosas a apanhar chuva e frio no inverno e apanhar sol no verão. Que eu me lembre, nos últimos três anos, foram vários encarregados, técnicos, pediram-me para comigo

visitar os locais, fizeram os levantamentos, e nada aconteceu. Sr. Presidente do Concelho de Administração dos Serviços Municipalizados: as populações rurais, também têm direitos nessa área, e se são os poucos utentes dos abrigos, das paragens dos autocarros, porque abrigos não há, os que há resultam de um acordo com uma empresa, que os senhores sabem e que infelizmente os malfeitores têm vindo a degradar; também aí pedia a intervenção dos Serviços, no sentido que fossem recuperados aqueles abrigos enquanto é tempo, os poucos que existem, nomeadamente, na área da Escola C+S da Oliveirinha, no cruzamento da Costa do Valado, etc. E depois há muitas paragens que não têm nenhum abrigo, eu fico espantado, quando há vários anos e sem planos, vi os Técnicos a deslocarem-se e não se instalam, porquê? É lamentável que assim aconteça. E quanto à baixa taxa de utilização dos transportes públicos, eu concordo em absoluto com o Sr. Eng^o Cruz Tavares; gostaria que fizessem a experiência de baixar os preços e depois avaliar a rentabilidade, se calhar haveria muito mais gente nos transportes públicos, e o resultado seria benéfico. Era bom que se experimentasse, porque eu ouço muita gente dizer, que não vêm nos autocarros, porque é muito dinheiro e não têm dinheiro para a viagem ou pedem boleia, ou muita gente ainda se desloca de bicicleta e evitam a andar de autocarro."

Vereador Victor Silva:

"Começando pelo Sr. João da Peixinha, que levantou aqui algumas questões, quanto à solução do material do parque, queria dizer que não disse que era a solução mais barata, disse que era a mais vantajosa e em termos da legalidade que nós temos, os concursos têm que ser decididos em função da técnica e da tecnologia aceitável e o preço se conjugue. Portanto, é este jogo entre o preço e a qualidade que tem que ser jogado e encontrando-se o resultado mais vantajoso e é para essa, que de uma maneira geral nos Serviços Municipalizados nos encaminhamos, para a proposta mais vantajosa. Se calhar há material melhor, se calhar há pior, mas, é material homologado que lá se aplicou. Diz-me que há duas casas no Cais dos Moliceiros que não tem ainda esgoto, mas tem a possibilidade de ligar o esgoto, a disponibilidade da drenagem aos colectores existe, quando muito fosse, obrigar as pessoas a ligar (o que nunca fizemos aqui em Aveiro). É uma questão que eu vou mandar ver o que é que se passa e se conseguir demover as pessoas a fazê-lo sem serem obrigadas, vou tentar falar com as pessoas.

Sr. Salavessa, o Carvoeiro está a funcionar ainda de uma forma tímida, ainda não está em pleno. Há todo um conjunto do sistema tele-gestão, e um sistema electromecânico a montar por uma empresa, duas empresas da mesma origem, uma é a EFACEC Porto, outra é a EFACEC Lisboa. E isto, é da responsabilidade da Associação Município

do Carvoeiro, a montagem deste equipamento; e uma não pode ser feita sem a outra. E acontece que a EFACEC Porto, por razões de derrapagem económica não deu em tempo oportuno, cumprimento ao contrato. Porque não se pode montar o sistema tele-gestão sem que esteja montado o sistema electromecânico e está a funcionar em termos manuais; isto para dizer que não temos ainda a quantidade de água que estava previsto e possivelmente só para o mês é que esteja tudo em ordem. Isto também nos obriga a abrir um contencioso com esta empresa, que já foi aberto, até por proposta minha, porque nós segundo o contrato temos pagamentos a cumprir com as águas do Vouga.

Quanto ao problema dos custos que o Sr. levanta aqui, é evidente que os custos do Carvoeiro e os custos que o Senhor levanta, estão incluídos também aqui as ETARES de Cacia e de S. Jacinto, porque no sistema que temos aqui em funcionamento, nos custos de serviço, estão incluídos também serviços de saneamento. A água que vem do Carvoeiro, que é de alguma forma mais cara do que aquela que tínhamos aqui, mas tem melhor qualidade do que aquela que tínhamos aqui, porque é outra colheita. Mas pior que isso, era que nós estávamos com problemas nos nossos aquíferos, portanto, em alguns casos por um índice de cloretos elevados, noutros casos por um índice de ferro muito elevado e era importante, (houve até um Secretário de Estado que disse um dia que devíamos pegar na água que vinha de Carvoeiro e injectá-la nos furos, não sei se é possível ou não) porque o nosso aquífero estava sobre uma pressão muito grande. Mantemos os nossos furos como reserva estratégica, o que traz alguns custos, também, para lhe dizer que o diferencial do custo entre o preço de metro cúbico que tínhamos e o preço do metro cúbico que nos fica no Carvoeiro, há um diferencial para mais, de dez a onze escudos. Quanto à política de transportes, é preciso cruzar também os transportes dos Serviços Municipalizados com a rede de transportes que está a ser conduzida pela Câmara em termos de metropolitano de superfície. De qualquer maneira na Comissão de Acompanhamento, os Serviços Municipalizados fazem parte dessa Comissão em termos de transportes. A nossa proposta nos transportes é conjuntamente com a Câmara melhorar a velocidade de circulação dos transportes, tornando o sistema mais eficaz e com a construção dos recentes parques de estacionamento, mais periféricos, serão lançadas mais carreiras para que os transportes e seus utilizadores ao centro da Cidade, em viaturas tipo mini-bus, a adquirir também para outros fins específicos. Mas eu aqui assim, agrada-me até esta sugestão de implementar um sistema de transportes, ainda que a título experimental, de baixo custo, embora eu esteja convencido que as pessoas mesmo assim, são capazes de não utilizar o transporte. Continuo convencido que, enquanto as pessoas

tiverem possibilidade de estacionar o carro à porta do emprego, vêm no seu automóvel até ao centro da Cidade. Por outro lado eu pergunto, como é que eu vou criar um corredor mini-bus se tenho lá uma fila de estacionamento? A Cidade não está planeada para ter corredores de transportes públicos, para ter transportes deste tipo. Por outro lado, eu estou convencido, que ao criar parques periféricos de estacionamento e com circuito fechado de mini-bus, em que um indivíduo deixa o seu carro num sítio guardado com uma pessoa a tomar conta do automóvel, pago ou não, é uma questão que depois se verá (na minha óptica devia ser pago) mas ao pagar o parque de estacionamento, lhe desse direito a utilizar o mini-bus gratuitamente, estou convencido que resolveria o problema de alguma forma, mas também simultaneamente criar alguma dificuldade ou tornar o estacionamento do centro da Cidade muito caro; porque as pessoas, desde que saibam que há estacionamento barato no Centro da cidade, ainda que ele esteja cheio, a tendência é andar às voltas à procura dele. Tem que se acabar essa situação; tem que se devolver a Cidade aos peões.

Sr. Barbosa, quer uma carreira na Beira Mar. Não tem estradas, para que é que quer lá os autocarros? Não sei, se agora com a compra dos mini-bus, não sei se haverá possibilidade pelo Canal de S. Roque de fazer uma carreira. Portanto, nunca foi encarada essa hipótese de "carreira" com o tipo de autocarros que temos, porque não é possível. Agora com os mini-bus podemos estudar essa possibilidade. Levanta outra questão, com a qual eu me tenho debatido várias vezes; é evidente que os Serviços têm uma função de bombeiro, que é o drama de tapar buracos. Até à pouco tempo, nós fazíamos a reparação da tubagem e comunicávamos aos Serviços Municipais da Câmara Municipal para que fizessem a reparação. Chegamos à conclusão, que nem sempre isso era feito e o ónus disso normalmente caía nos Serviços. Fizemos um concurso público para a reposição de valas (era um concurso, pago por metro quadrado, em que o indivíduo que ganhasse o concurso tapasse os buracos), isso teve dois, três meses no Tribunal de Contas e acabou por cair, não conseguimos que essa versão passasse no Tribunal de Contas. Está agendado para a próxima reunião do Conselho de Administração, na próxima terça-feira, a abertura de um novo concurso para esse efeito, porque reconhecemos que é uma lacuna que temos nos Serviços.

Eu penso que já respondi também um pouco à Dr. Virgínia Veiga, na sequência desta intervenção. Nós temos cerca de 9 km por hora é a nossa velocidade comercial, que é muito baixa, é pouco mais que a pé. Porque com o parque de estacionamento paralelo que tem a Avenida Lourenço Peixinho, em parómetros e depois o estacionamento em segunda fila, muitas das vezes já não passa um autocarro. Portanto se não

estivesse lá o estacionamento, eu tinha mais velocidade comercial na Avenida e se calhar, hoje eu se quiser ir à Avenida, eu chego mais depressa a pé do que no autocarro. Temos de tirar de lá o estacionamento da Avenida.

Gostava também de dizer ao Eng^o Cruz Tavares e à Dr. Virgínia Veiga que, há elementos que não damos aqui, mas que não costumamos dar em Plano de Actividades, damos no Relatório de Gestão e eu espero, desta vez, apresentar um Relatório de Gestão, até porque é o meu último relatório, em termos municipais, e queria ver se dizia alguma coisa acerca do que fiz.

Em relação ao Dr. Manuel António, a expansão dos transportes a outros lugares. Eu próprio e já a uns anos a esta parte tentei, até porque a legislação não permite de outra forma, tentar associar os transportes municipais, com as empresas de Ílhavo e da Gafanha, são eles os detentores de alvarás nessa área. Todos eles, têm vontade de se associar aos Serviços Municipalizados, mas qualquer deles de per si, todos juntos é difícil. Por outro lado, parece que há uma directiva comunitária, ou pelo menos está para sair uma directiva comunitária, que nos permite depois, livremente, entrar nos Concelhos vizinhos.

Sr. Presidente da Câmara:

" Só para complementar o que o Eng. Victor disse sobre os STUA, que é uma preocupação da Câmara Municipal e é uma preocupação de todos e desta Assembleia, como é evidente pelas palavras que têm referido. A proposta que aqui foi colocada, no sentido de ampliar as linhas dos transportes urbanos a outras áreas, que já aqui foi aflorado noutras reuniões, eu julgo que era correcto, poderia ser uma forma de viabilizar financeiramente o serviço; seria uma forma também de centralizar interesses dos transportes urbanos e a habituação em os utilizar, mas eu penso, de que os Serviços de Transportes Urbanos devem associar-se ao futuro metro ligeiro de superfície. Devem ser considerados um complemento do próprio transporte do metro ligeiro de superfície e aí aumentará a sua utilização, tornar-se-ão mais viáveis financeiramente, corresponderão aos interesses do metro ligeiro de superfície e isso será o contributo que a Câmara Municipal pode dar para a sociedade que venha a ser constituída, do metro ligeiro de superfície ou para a Associação. Mas, como tem acontecido noutros lados a empresa, a sociedade que venha a constituir-se, os STUA poderiam participar nessa sociedade. Seria portanto, um complemento do transporte vindo de Águeda, com a recuperação da linha do ramal de Águeda (Aveiro/Águeda). E aquela segunda fase, que como é do conhecimento de todos, cujo estudo está feito, que apenas se aguarda a viabilização financeira desse empreendimento e simultaneamente, se o metro ligeiro de superfície traria

mais passageiros, traria mais eficácia aos transportes urbanos; os transportes urbanos, pela eficácia que já têm, complementar também a rendibilidade do metro ligeiro de superfície. E a Câmara Municipal julgo que estará disposta a isto. O alargamento destes transportes urbanos ligados ao metro, devem ir de facto às Gafanhas e devem ir a Ílhavo, para abrangerem uma área mais compatível. Quanto à recuperação dos abrigos existentes, a Câmara está disposta a recuperá-los; o mesmo acontece com todos os abrigos colocados em S. Bernardo, que se estão a deteriorar e que com certeza, por força de lei terão de ser assumidos quer na sua recuperação, quer no seu funcionamento dos seus placares de publicidade, terão de ser assumidos pela Câmara Municipal dada a falta de legislação que permita a exploração de publicidade, além da própria Câmara Municipal. Creio que já falámos nisso e que são três situações (Stª Joana, também a tem), que teremos que juntar-nos, conversar sobre essa matéria, ver quais são as despesas feitas, quais são os compromissos assumidos por cada Junta, e a Câmara entrar no processo, procurando a melhor forma, não só de o recuperar, porque consegue fazê-lo com a empresa a quem tem adjudicada a publicidade na zona urbana, como também poder proceder à exploração da publicidade que é possível pôr em prática nesses abrigos."

Vereador Victor Silva:

" Ainda sobre a questão da problemática dos transportes, que é uma coisa que mexe um pouco com as pessoas e com os interesses de cada um, eu gostava de dizer, que para que eles venham a ser rentáveis e é uma coisa que começa até já a ser vergonhoso, o problema que se vem arrastando com o Centro coordenador de Transportes. Porquê? Porque é importante que fique a funcionar o Centro Coordenador de transportes, para que depois de uma forma coordenada se rentabilize também os transportes do centro urbano. Porque o Centro Coordenador de Transportes funcionará com os operadores privados e do Centro Coordenador para fora será forçosamente feita pelos transportes urbanos, esta é uma questão. Outra questão, que se vem arrastando e que penso que desta vez parece que irá arrancar, é o problema da passagem inferior na Estação de Caminho de Ferro e da ligação da Avenida ao Centro Coordenador de transportes, ligando o interface da Ferrovia com a Rodovia, penso que isso também será uma forma de rentabilizar. Já agora também gostaria de dizer, que está na forja e vai sair muito brevemente, tanto quanto sabemos, legislação que permite criar empresas municipais; e penso que por aí, também poderá haver uma forma diferente de ultrapassar este tipo de questões. Quanto aos abrigos e para responder um pouco também ao Sr. Armando Vieira que tinha posto esta questão, posso dizer também que a empresa que está encarregada de gerir aqui na Cidade, que lhe foi pedido um estudo de todo o Concelho, para recuperar

também os de S. Bernardo e os de Oliveirinha e instalar no resto do Concelho, mas ainda não temos esses elementos. Ainda hoje fizemos aqui uma reunião com a hidroprojecto, no âmbito da AMRIA, por causa do interceptor de St^a Joana. Portanto estamos a trabalhar e esperamos que ele arranque este ano.

Dr. Cunha (Serviços Municipalizados):

"Respondendo aqui ás questões levantadas pelo Sr. Salavessa e pelo Dr. Raúl Martins, e fundamentalmente em relação aos fornecimentos e serviços externos, a disparidade entre as verbas inscritas de 1996 e de 1997, os valores são provisionais e com modificações ao longo do ano até Outubro, altura em foi elaborado o documento, mas elas são sensivelmente iguais, em termos de valores. Quando falamos na parte da remuneração base, em 1997, os valores que estão inscritos como remuneração base, dizem respeito só a doze meses, enquanto que em 1996, dizem respeito a catorze meses. Há aqui um diferencial de 1997, correspondente mais ou menos a 60 000 contos, que são respeitante a subsídio de férias e subsídio de natal, que foram inscritos em outras remunerações e não na remuneração base. Isto, tendo em conta também, a parte das cabimentações, portanto, do tribunal de Contas, em função das percentagens de encargos, em relação à despesa corrente. Elas são sensivelmente iguais de 1996 a 1997. Nós à data tínhamos menos funcionários do que em 1996. Em relação à dívida da Câmara há aqui um crédito sobre os Serviços de oitocentos e cinquenta e poucos mil contos isto é um valor que, embora se mantenha aqui, no relatório de Contas ele vai ser alvo de outro tratamento, que é uma rubrica que ainda tem a ver com aquela rubrica da EDP, de um milhão e tal mil contos e que depois transferimos a dívida dos Serviços à EDP, para a Câmara, a qual, ficou com este crédito e já foi proposto pelo Conselho de Administração e já foi deliberado na Câmara, que este valor da dívida (855 000 contos), passe como reforço de capital. A Câmara como "único accionista" vamos fazer este saneamento, injectando este valor na parte de capital, portanto, a 31 de Dezembro de 1996, este valor vai desaparecer no próximo Relatório de Gestão. Em relação aos acréscimos e deferimentos, tenho aqui um valor elevadíssimo, dois milhões de contos. O que é que comporta esta conta? Comporta todo um conjunto de transferências passadas da Câmara para os Serviços, para investimentos e não só, também tem em conta os valores dos ramais de água e saneamento, que ao longo do ano nós vamos fazendo e que, anualmente vão sendo transferidos para uma conta de proveito, em função das amortizações correspondentes do subsídio. Isto são valores um bocado acumulados que podem assustar, com valores elevadíssimos, mas, retrata o conjunto de valores, dos subsídios da Câmara para investimento

ou de outros subsídios e que até agora, não foram totalmente amortizados. Esta é um pouco a explicação."

Entretanto, saiu da sala o Vogal Manuel Simões Madaíl.

Vogal Armando Vieira:

" Sr. Presidente, eu não quero que venham mais dizer-me que eu tenho a mania da perseguição, mas, ocorreu-me, que até aí nos abrigos recuperados, em chapa, com o mesmo desenho arquitectónico daqueles outros que nós temos, nas tais três Freguesias, foram colocados inúmeros abrigos nas Freguesias rurais e bem; na minha não foram colocados nem um. Se os senhores estivessem no meu lugar, como é que julgariam essa atitude? Não é uma atitude de discriminação política? Eu não vejo outra explicação depois de tantos anos. É claramente, uma atitude discriminatória. E os abrigos que foram feitos dentro do mesmo projecto, daqueles tais que nós temos, da tal empresa? Aquele tipo de bandas laterais resolvia o problema da conservação dos abrigos que nós temos. É nitidamente uma falta de atenção dos Serviços Municipalizados nesta área.

Falando da Associação de Municípios de Carvoeiro, o Sr. Eng^o Victor sabe, que a Freguesia de Oliveirinha tem a estação elevatória da Associação de Municípios do Carvoeiro, a conduta central passa ali na Rua da Maritona, aquela estrada está uma desgraça; depois leva a água para o Concelho de Ílhavo e passa na Estrada Nacional 230-1, que está outra desgraça. Que nós insistimos constantemente para que a Associação de Municípios do Carvoeiro, proceda à regularização do pavimento dessas estradas. Ninguém nos liga. Só com uma acção daquelas ditas populares do corte de estrada, é que se calhar vão a correr resolver isso. E Eng^o Victor, sabe que tem havido inúmeros acidentes, dos quais a esposa do ex-Presidente da Câmara esteve bastante mal, nos quais eu também tive um acidente em que um carro foi para a sucata, e quando me dizem que a velocidade média dos autocarros é 9, eu acredito que seja, os senhores é que têm os dados estatísticos, mas nas aldeias os autocarros andam a velocidades inadmissíveis para a dimensão de algumas ruas. Façam o favor de reparar o pavimento dessas estradas, para não termos de lamentar, além das molhas das crianças das escolas, que são sistemáticas, porque as valetas são no meio da via, e não há fuga possível para as crianças; para não termos a lamentar, além das molhas das crianças, mais acidentes graves nesses circuitos."

Vogal Virgínia Veiga:

" Em termos extremamente breves um pequeno reparo que me merece a Mesa, com todo o respeito, que é o seguinte: abandonei de facto a sala, fui à casa de banho, fiquei ali retida. Já agora, o reparo é este, eu

estava quase para falar de pé, porque, cada vez que o Dr. Mangerão não está ali sentado e está ali fora, o Sr. Presidente tem o cuidado de o chamar, portanto eu limito-me a secundar a praxis local.

Só duas pequenas coisas: agradecer ao Sr. Eng^o Victor que me tivesse dado mais um exemplo da "política de continuidade" que eu ainda não tinha percebido muito bem e que é a que foi retratada nas palavras que usou: "a Cidade não está preparada para a existência de corredores". Mas, continua a não estar, cada vez cresce mais, cresce sem se preparar para a existência de corredores. É mais um exemplo da "continuidade". E, já agora, pedir-lhe (era esse o esclarecimento que lhe queria pedir também), que se não vá embora porque é a segunda vez que a questão é colocada.

Devo dizer que é penalizante talvez para si quando deveria ser colocada directamente ao Sr. Presidente. Deveria ser ele a responder, foi ele que nos fez aprovar que o Cojo pudesse ser tapado porque ia ter uns mini-bus que a empresa ia dar. Mas por favor não se vá embora sem me dizer a história dos mini-bus Holandeses que não aparecem."

Presidente da Mesa:

"Eu estava quase para não responder, à Sr. Dr^a Virgínia porque não valeria a pena estar com justificações, de qualquer maneira eu referi o seu nome, vi que não estava presente, passei a outro. Não há qualquer tipo de discriminação, portanto eu não vou chamar o Dr. Victor Mangerão, falo no nome, se estiver a ouvir apresenta-se, a Sr. Dr^a Virgínia não ouviu, de maneira que tive de passar a outro."

Vogal Raúl Martins:

"De facto, fico contente, com o saber que efectivamente a situação, do capital vai ficar resolvida, isto é, vamos passar, para uma situação de não falência técnica mas com incorporação, dos 855 000 contos por uma situação positiva, cerca de 335 000 contos. Agora com o devido respeito, eu gostaria de dizer que, penso que as coisas não foram tratadas devidamente, isto é, se tivessem feito um protocolo nesse sentido, que certamente fizeram, como é óbvio, com a Câmara, e se a Câmara efectivamente considerasse nesse protocolo, que essa verba de 855 000 contos por ela assumida das dívidas à EDP, que seriam para prestações suplementares do capital, dos Serviços Municipalizados, em vez de publicamente vir este balanço provisional, já poderia vir o balanço provisional, com os 855.000 contos considerados em prestações suplementares de capital, estou certo que o revisor oficial de contas, não iria contra isso e a situação de capital seria positiva. De qualquer maneira, eu não sabia que isso era devido às dívidas da EDP, foi um assunto que no passado trouxe aqui à Assembleia uma certa celeuma. Eu

gostaria que, definitivamente nos digam, depois de tudo o que foi feito, se havia efectivamente alguma dívida à EDP, se a dívida existia ou não, se fizeram algum acordo com a EDP, e se efectivamente, o acordo com a EDP, foi feito por estes 855. 827 contos. Era isso que eu gostaria de saber, uma vez que se afirmou aqui, e foi afirmado publicamente por alguns órgãos de informação, que não existia dívida nenhuma à EDP, havia era umas contas de acertos... e agora aparece aqui, um trânsito da Câmara para os Serviços Municipalizados neste montante!. Pelo que eu ouvi, é a solução da Câmara, pela dívida da EDP, que passa dos Serviços à EDP. Portanto significa que, a dívida à EDP, foi de facto acordada em 850 000 contos, estou certo? Estou errado? Gostaria que me explicassem isso.

Esta Assembleia aprovou, a situação da ligação à SIMRIA e da participação à SIMRIA. E eu até na altura, fiz uma crítica acesa, porque achei que a Câmara de Aveiro não participou com aquilo que devia participar, devia ter o papel de muito mais protagonismo, nessa obra que vai ser fundamental. Mas agora, até que aquilo esteja a funcionar, vai haver uma série de problemas para resolver. Nós sabemos que a ETAR Municipal está com problemas, porque já não aguenta muito mais pressão, em termos de efluentes líquidos. Até que o sistema esteja a funcionar, está prevista alguma solução, para entretanto se resolverem casos, que urge resolver? ... Não está?... como é? O Sr. Presidente da Junta de Oliveirinha fala sempre aqui, do problema da sua Junta e muito bem. Mas, e o problema do Bom-Sucesso? Há bocado o Presidente da Junta estava ali, não falou, eu sei que necessita, efectivamente, do problema da Rua Direita de Arada resolvido, mas, uma vez que há dinheiros libertos de outros lados, dado aqueles acordos para-sociais, nomeadamente, celebrados dentro dos protocolos da ERSUC. Será que algum desses dinheiros sobrantes de obras, que vão ser feitos com esses dinheiros, que vão dar para o Bom-Sucesso, ou não?

Uma última nota de desagrado, que queria manifestar ao Sr. Presidente da mesa, para que transmitisse ao Sr. Presidente da Câmara. Existem mais Vereadores na Câmara, nomeadamente dois Vereadores, que é o Sr. Eng^o Belmiro Couto e a Dr^a M^a da Luz Nolasco, que normalmente não estão presentes nestas reuniões. Certamente, as consideram reuniões menores, e não dão a atenção devida aos munícipes, vêm cá volta e meia despejar meia dúzia de coisas. Gostaria de saber, se eles hoje estão ao serviço da Câmara, nalgum lado, que os possa efectivamente, impedir, de estar presentes nestas reuniões, tanto mais que a ordem de trabalhos não é só dizer "aquilo é com os Serviços Municipalizados", vão lá os Vereadores do pelouro e que se desenrasquem, até porque a ordem de trabalho tem outras coisas. E causa-me alguma estranheza que sendo Vereadores, que recebem vencimento como tal, não estejam presentes em reuniões deste

tipo, penso que o Sr. Presidente, pode fazer eco junto do Sr. Presidente da Câmara Municipal, para que casos destes não se repitam no futuro."

Vogal António Salavessa:

"Permita-me, Sr. Presidente, colocar uma questão que me falhou na intervenção inicial, que não vai exigir réplica por parte da Câmara. Reconheço como objectivo importante, o objectivo incluído no âmbito da Direcção dos Serviços Administrativos, da criação de um sistema de controle de gestão. Uma das ilações que era retirada da auditoria externa aos serviços, era de facto, grandes problemas de controlo de gestão, e que se for implementado durante este ano esse sistema, pode-se traduzir eventualmente numa melhoria dos resultados dos serviços. É um aspecto que considero positivo.

O que se coloca em relação à água do Carvoeiro quando estiverem em pleno, o Sr. Vereador diz-nos assim: o preço da água do Carvoeiro custa, mais 10 a 11 escudos por metro cúbico, do que era o custo das captações. Mas, não me responde aquilo que era importante e que eu gostaria de ter conhecimento. É que o custo das captações municipais, era o custo real, e o custo do Carvoeiro é o preço comercial, que a água do Vouga cobra ao município de Aveiro; isto é, em cada metro cúbico, quanto é que "A águas do Vouga", empresa privada (que é de interesses estrangeiros), quanto é cobra por cada metro cúbico de água que vende ao Município? 42\$00, é o valor comercial, portanto, há aqui um agravamento que corresponde ao lucro da empresa, e aquilo que digo desde o início, é que, era dispensável; a Associação de Municípios garantia a exploração, e esta mais valia, ficava na região, e não era transferida para interesses particulares e por acaso até com um peso grande de interesses estrangeiros. Não havia necessidade nenhuma. Ainda agora, que está a concessão feita, ainda é a Associação de Municípios que continua a fazer a obra. Isto parece-me a situação igual, a de um particular, o Sr. Vereador que faz uma casa sua, por 20 000 contos ou por 10 000 contos, e depois porque tem problemas de dinheiro, diz assim: eu agora não tenho dinheiro, dá-me aí 1000 contos para ficares com a casa durante uns tempos, que eu passo a dar-te uma renda, durante 20 anos, de 200, 300 ou 400 contos. Ora, isto não faz sentido.

Metro de superfície, coordenação com os Serviços. O Sr. Presidente da Câmara começou a falar, em Associação dos Transportes Urbanos, a Câmara fala em Associação; agora, há associações e associações, há muitas formas de Associação. Há, formas de associação, que é só ao nível da compatibilização dos títulos de transportes, entre diferentes empresas, portanto, títulos que são vendidos ora por uma, ora por outra empresa e que passam de uns serviços para os outros. A outra é a criação de empresas mistas, outra é a da associação e integração,

acabou, não há transportes urbanos. Era bom que isto fosse sendo esclarecido, quais são as intenções efectivas da Câmara, nesta matéria, porque falar só em associar, é pouco. Quanto ás explicações, sobre a engenharia financeira que foi feita, eu confio nas opiniões de quem é preparado para uma apreciação mais objectiva sobre essas matérias, portanto aceito aquilo que o Dr. Raúl Martins disse a esse respeito. Entretanto, continuo a pensar, que não fui respondido ao parágrafo que eu considero particularmente hermético (o problema pode ser meu). Não percebo o que é "o pressuposto da caracterização da rede estática", não percebo o que é "rejuvenescer a frota racionando os meios a médio prazo", não percebo o que é "o factor dominante de 33, 34 viaturas para uma utilização máxima de 85% " e não percebo o que é "intervenções próprias e rápidas, manutenção e conservação 1º e 2º grau" e não sei "onde a garantia seja de menor espaço de imobilização". Há aqui um conjunto grande de conceitos todos misturados que eu não domino, não conheço, e que resulta um parágrafo completamente hermético. Agradeço que me expliquem. Por fim, questão final, não foi respondido se as transferências do Município, para os Serviços Municipalizados, têm sido só, em investimentos, ou se têm sido efectivamente, transferências monetárias. E agora o problema de fundo: o Plano pluri-anual de investimentos prevê, até ao ano 2000, três milhões seiscentos e noventa e um mil seiscentos e vinte e cinco contos. Destes três milhões seiscentos e noventa e um mil contos, diz-se no programa de investimento, que serão suportados pelas "receitas cobradas aos utentes, pelos serviços prestados, assim como pelos subsídios ao investimento providos da Câmara Municipal, para cumprimento do PPI, para além do subsídio ao investimento directamente avançado, no montante de 658.000 contos, ainda assegurará..." Há ou não, um compromisso da Câmara para os anos seguintes e de que valor? Porque se nos apontam três milhões e seiscentos mil contos de investimentos e não nos dizem, que a Câmara vai entrar com x, e dizem que também são os utentes que têm que pagar para o investimento, eu fico com muito receio de que estejam a caminho, aumentos de tarifas e de taxas para valores que não serão nada pequenos, para poder responder a este investimento. E entendo, que não é esse o caminho, devido à função social que os Serviços Municipais têm, e que evocam no preâmbulo deste Plano Pluri-anual de Investimentos."

Vereador Victor Silva:

"As transferências que são feitas da Câmara são feitas apenas para investimento. Em relação aos 650 e tal mil contos, são só para investimento e há o compromisso da Câmara, há uma deliberação nesse sentido, de transferir este dinheiro para lá. Para os anos seguintes a lei obriga a que seja definida de ano a ano a transferência, porque a Câmara

ainda não tem o Plano Pluri-anual de investimentos, só tem o Plano de Actividades anual. Tem que deliberar anualmente de acordo com a Lei.

Ora bem, vamos lá ver se eu consigo traduzir isto tudo. "Implemento de investimento", isto no fundo o que se pretende, é com o mínimo de investimento, rejuvenescer a frota. Nós temos idades médias, salvo erro, de quinze, dezasseis anos e a entrada de mini-bus, no fundo só vão aumentar o número de viaturas com pouco dinheiro, porque os mini-bus custa 1/4 ou 1/5 do que custa um autocarro dos grandes e o número de viaturas é maior, reduzindo a idade da frota. "Reparações de 1º e 2º grau", portanto, são reparações simples, pequenas avarias, que são feitas localmente nos próprios serviços e aquelas maiores, de alguma imobilização de tempo, que obriga o autocarro a estar parado, estamos a mandar a oficinas de fora.

Eu já agora, gostava de dizer sobre o Metro de Superfície que neste momento não há associação nem há empresa, não há nada. Neste momento só há apenas um projecto, ou um estudo prévio que vai avançar para projecto, e que se pretende que venha a congregar mais que um Município. E esta história quando tiver, o estudo económico feito, naturalmente que haverá uma empresa municipal ou intermunicipal que venha a tomar conta desta situação; até porque isto vai, segundo se prevê abranger mais do que um Concelho e naturalmente vai para uma Associação de Municípios, mas eu entendo que deve ir, e a legislação aponta nesse sentido, para empresas municipais. Agora neste momento, penso que é prematuro falar nisso. Sobre o problema do Carvoeiro, eu queria explicar: o concurso que foi feito para a empresa, é um concurso de exploração, com a condição da Associação de Municípios entregar aquilo pronto. O património é da Associação e eles fazem a exploração por vinte anos. Tem que ser entregue pronto a funcionar. A empreitada foi feita pela Associação de Municípios e que, por força de uma empresa que não respondeu como devia ter respondido, entretanto, o programa de concurso e a adjudicação avançou, e a empresa não deu resposta atempada. E a empresa que concorreu com determinadas condições, não tem culpa, que uma empreitada se tenha atrasado em relação ao concurso. Aí não há comparação nenhuma, é perfeitamente clara essa situação.

O Dr. Raúl Martins levanta ali uma questão das dívidas, se havia dívidas se não havia dívidas? Havia dívidas, já não há. O Chefe de Divisão vai explicar".

Chefe de Divisão Financeira Rui Barros:

"A dívida inicial, quando foi transferida, o património para a EDP, era de um milhão trezentos e trinta e três mil contos. Posteriormente a isto, foi feita a reavaliação do património, e essa dívida foi reduzida para oitocentos e cinquenta e cinco mil contos. Isto, reportado à data da

transferência. Entretanto, decorreram estes anos, foi retido através do FEF determinada importância, cerca de oito mil contos por mês. Entretanto a EDP, ia debitando juros pelo atraso no pagamento, e foram feitas as negociações entre a Câmara e a EDP. A EDP, anulou os juros, e da dívida que aqui está de oitocentos e cinquenta e cinco mil contos, veio para cerca de quatrocentos e tal mil contos. Entretanto, havia a concessão da exploração dada à EDP, que era fixada por uma Portaria, e que estipulava um certo valor. Se a Câmara tivesse assinado a transferência, que não assinou na altura, teria beneficiado de outra Portaria que saiu, que beneficiava a Câmara. Entretanto, a EDP com essas negociações, a Câmara assinou posteriormente isso e a EDP rectificou, à data de entrada da anterior Portaria, e a Câmara beneficiou disso. A EDP entregou de imediato uma certa quantia à Câmara, que agora não posso precisar ao certo quanto foi. E a dívida ficou em quatrocentos mil contos. Essa dívida, foi negociada a pagar em quinze anos. Eu posso dizer presentemente que, a Câmara trimestralmente está a receber doze mil contos da renda de concessão. A dívida que a Câmara teve, de quatrocentos mil contos, dividida por esses quinze anos, trimestralmente daria cerca de dezoito mil contos, e como a Câmara tem a receber a renda de concessão, no encontro de contas, a Câmara recebe da EDP, trimestralmente doze mil contos."

Entretanto deu entrada na sala, o Vogal Olinto Henrique da Cruz Ravara.

Vogal Raúl Martins:

"Vamos lá a ver se eu percebi bem, a Câmara reconheceu a dívida de um milhão trezentos e tal mil contos, mas a EDP reconheceu que tinha de reavaliar o imobilizado que passou para a EDP. A dívida de facto era de um milhão trezentos e trinta e três mil contos, a que foi retirado o património reavaliado para a EDP, que deu o valor de oitocentos e cinquenta e cinco mil contos. Desse valor a Câmara disse, mas nós já pagamos através do desconto do FEF x e depois fizeram acerto de contas, de como é que haviam de pagar o remanescente que era na ordem dos quatrocentos e tal mil contos. É assim a história toda. Obrigado."

Vereador Eng. Victor Silva:

"foi feita a pergunta se devíamos, e eu queria confirmar que devíamos. Fizemos a negociação com a EDP, essa está feita, num próximo relatório de actividades aparecerão aqui essas contas."

Não se verificando mais intervenções o Sr. Presidente da Mesa, submeteu à votação da Assembleia o Ponto nº 3 da agenda de trabalhos: SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS E ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA 1997, tendo o

mesmo merecido aprovação por maioria de vinte e três votos a favor (catorze votos do PP, três votos do PSD e seis votos do PS) e oito abstenções (sete votos do PSD e um voto da CDU).

Seguiram-se declarações de voto dos seguintes Vogais:

Vogal António Salavessa:

"A abstenção do PCP na votação do Plano Pluri-anual de Investimentos, demonstração provisional de resultados e Orçamento Financeiro para 1997, justifica-se no seguinte: estamos de acordo com a maioria dos acordos e dos objectivos apontados no Plano de Actividades do próximo ano e no Plano Pluri-anual. Entretanto, consideramos que não está claramente demonstrada, nem foi clarificada a forma, como os quase 3,7 milhões de contos de investimentos até ao ano 2000 serão obtidos. Estão obscuras as relações financeiras entre a Câmara e os Serviços Municipalizados, pelo que receamos que estejam a caminho aumentos de taxas e tarifas exagerados, que ponham em causa, as características de serviço público com forte componente social, que os Serviços Municipalizados de Aveiro devem ter."

Vogal Jorge Nascimento:

"Votámos a favor, porque nos parece um Plano bem elaborado na forma, equilibrando as necessidades com os meios. E o conjunto de acções que prevê, está claramente ao serviço do bem estar da população de Aveiro e de todo o Concelho, portanto dos munícipes em geral."

Vogal Manuel Cruz Tavares:

"Abstive-me porque, apesar do rigor da análise patenteada em alguns passos do Plano Pluri-anual de Investimentos dos Serviços Municipalizados, o mesmo ainda enferma de uma falta de exploração de alternativas, e em sectores importantes, como no caso dos transportes colectivos, se verificar uma falta de ousadia no lançamento de medidas, mesmo que temporárias, no sentido de inverter a tendência, de abandono da utilização do transporte colectivo, que se tem verificado nos últimos anos."

PONTO N.º 4 - PLANO DE PORMENOR DO PICOTO - OLIVEIRINHA - APRECIACÃO E APROVAÇÃO;

Sr. Presidente da Câmara:

"Sr. Presidente, Srs. Deputados, eu queria pedir à Assembleia, autorização para retirar este número que se refere ao Plano de Pormenor do Picoto de Oliveirinha, por uma razão. É que, os Serviços Técnicos

esperavam obter todos os pareceres, das entidades para que definitivamente se pudesse hoje aqui, apreciar e votar este Plano de Pormenor, mas não foi possível até à data, recolher o Parecer da Direcção Geral dos Recursos Naturais e o parecer da Direcção Regional de Energia. Portanto, eu julgo que não é correcto da minha parte, estar a submeter à apreciação e à votação, um Plano que lhe faltam dois pareceres, de maneira que eu pedia desculpa, de facto, mas tecnicamente é informação que eu tenho. Pedia autorização para adiar para uma próxima reunião."

Vogal Armando Vieira:

"Sr. Presidente, embora sendo válidas e aceites a explicação que o Sr. Presidente da Câmara deu, resulta daí claramente um prejuízo para o desenvolvimento daquela urbanização, pelos atrasos que ocasionará. E pedia ao Sr. Presidente da Câmara, o favor de tão urgente quanto possível, trazer essa questão a esta Assembleia, porque todos nós sabemos, quantas pessoas estão dependentes da aprovação dessa urbanização".

Presidente da Mesa da Assembleia:

"Portanto, se não há mais intervenções, este ponto seria então retirado de acordo com a situação exposta pelo Sr. Presidente da Câmara e entravamos então no ponto seguinte. "Análise da situação contabilística do Parque de Feiras e Exposições". Este ponto foi introduzido pela Mesa da Assembleia, dando cumprimento a uma posição que foi assumida em reunião anterior, particularmente no dia vinte e três de Setembro de 1996. Em que foi aprovada, uma proposta, que referente à questão das contas do Parque de Feiras e Exposições, e em que era dito, e foi aprovado, que essa situação deveria ser esclarecida na próxima Sessão da Assembleia Municipal. A Sessão seguinte realizou-se em seis de Novembro de 1996, este ponto de acordo com o que ficou determinado foi agendado, em todo o caso, não havia ainda elementos suficientes porque a Câmara não tinha tido ainda oportunidade de os apresentar, de maneira que esse ponto não foi discutido. Realizando-se novamente outra Sessão, na data de hoje, o ponto teve que ser novamente agendado para dar cumprimento ao que ficou deliberado. Entretanto, a Câmara já apresentou a documentação que ficou à disposição dos membros da Assembleia e portanto, é este ponto que novamente vem a ser apresentado, de acordo com o que estava aprovado em Assembleia".

PONTO N.º 5 - ANÁLISE DA SITUAÇÃO CONTABILÍSTICA DO PARQUE DE FEIRAS E EXPOSIÇÕES:

Vogal Raúl Martins:

"Sr. Presidente, caros colegas, o Partido Socialista em tempos, levantou esta problemática do Parque de Feiras e Exposições, e na altura solicitou que fosse feita uma inspecção do IGAT, para dar cabal esclarecimento a todo este imbróglio, que hoje aqui vamos debater. E da leitura, embora apressada dos documentos que tive ocasião de consultar, essa leitura veio dar razão em absoluto, a que era indispensável proceder a uma inspecção rigorosa das contas do Parque de Feiras e Exposições, e nomeadamente pelo organismo, como o IGAT, que dispõe dos meios humanos e materiais, que possibilitam fazer essa análise total. De facto, é muito difícil a cada um dos Deputados Municipais que tenha vida própria, perder efectivamente, os dias que eram necessários para desembrulhar toda aquela meada. Mas, vendo alguns documentos e contrariamente aquilo que eu tinha pensado, existe pelo menos um documento legal. O documento legal que consegui encontrar, foi de uma reunião realizada em doze de Fevereiro de 1991, em que tinha sido nomeada uma Comissão de Gestão para o Parque de Feiras e Exposições, encabeçada pelo Sr. Professor Celso Santos, e que nessa reunião, passo a citar, "ficou estabelecido assessorar com uma funcionária da contabilidade, que diariamente procederá à passagem das guias de receita e de despesa, efectuadas de forma, a que todo o movimento se mantenha inteiramente integrado na contabilidade municipal". De facto, não tendo este recinto ou este Parque de Feiras e Exposições autonomia administrativa ou financeira, de facto, nunca tendo sido constituída, qualquer empresa para fazer essa gestão durante estes anos todos, esta era a posição correcta e foi claramente assumida nessa reunião. Mas, a partir daí e até muito recentemente, não consegui encontrar mais nenhum acto legal. Já que, mesmo depois de ter sido tomada esta deliberação, logo em vinte e sete de Janeiro de 1992, na altura Vereador o Sr. Professor Celso Santos, deu conhecimento à Câmara dos mapas relativos à globalidade das receitas e despesas, isto é: De facto, este cumprimento legal que foi aprovado e que era necessário cumprir, nunca foi cumprido desde o início do funcionamento, o que coloca em total ilegalidade, todos os movimentos que foram efectuados desde então. Gostaria apenas de dizer que, contrariamente ao que nos foi dito aqui pelo Sr. Presidente da Câmara, e até uma observação que o Dr. Nascimento aqui tinha dito, disse: "... mas afinal qual é a diferença entre se inscrever todos os dias as verbas no Município, ou chegar ao fim do ano e passarem-se para o Município os valores globais". Está também demonstrado, que nunca foram sequer passados os saldos, dos recintos ou do Parque de Feiras e Exposições para a Câmara Municipal. O que agrava ainda muito mais o problema, e eu não queria aprofundar muito isto, que há aqui problemas fundamentais,

nomeadamente em sede de IVA e de IRS, porque há pagamentos a fazer. Resta saber como é que foram recuperados os IVA(s). Penso que os IVA(s), acabaram por ser recuperados, não sei como, mas um bocado à "latere" pela Câmara Municipal. E há nomeadamente o pagamento, de algumas prestações de serviço, que figuram o pagamento daquilo que normalmente se entende por recibos verdes, pagamentos de prestações de serviço, que deveria obviamente, em alguns casos contemplar retenções na fonte, como é absolutamente legal. E como é obvio, nós, pelos documentos que temos patentes, não nos é possível, efectivamente saber se isso foi feito ou não. Também pelos documentos que nos são patentes, não é possível averiguar, de facto, em que foram feitas as despesas, isto é, existem guias de despesa, existem facturas, e era isso que eu gostaria que o IGAT averigua-se, se efectivamente esses documentos, essas facturas correspondem a verdadeiras despesas do Parque de Feiras e Exposições, ou, se porventura, e estou a falar hipoteticamente, não estou a fazer uma afirmação, correspondem a outras despesas ou a outras prestações de serviços, que não do Parque de Feiras e Exposições e foram ali metidos, porque era uma coisa não controlada. Poderia dar alguns exemplos, mas dispenso-me de os dar, tanto mais que isso ia levar muito tempo. Depois há efectivamente celebrado, um protocolo entre a Câmara Municipal da Aveiro e a Associação Industrial do Distrito de Aveiro, isto foi na reunião de 02/02/92. E é aí que começa, ou que continua, porque estas coisas no nosso Município parece que começam sempre com uma pequena ilegalidade, que se vai agigantando, e depois parece que a ilegalidade é uma legalidade. E foi isso que aconteceu, efectivamente no Parque de Feiras e Exposições. Nasceu torto, nunca mais se endireitou. De facto, as próprias verbas de receitas e despesas, nunca foram inscritas nos Orçamentos camarários, nunca mereceram a nossa aprovação, as taxas de utilização nunca vieram, como deviam vir a esta Assembleia Municipal para merecer aprovação e in extremis e depois eu tenho documentos comprovativos de tudo isso, não são documentos meus, são de quem os quiser consultar, estão aqui na sala ao lado. Mas, no fim de tudo isso o Sr. Presidente da Câmara, redimindo-se um pouco, de todas as ilegalidades que tinham sido feitas até ao momento, determinou que, o Chefe da Divisão Financeira da Câmara Municipal, no prazo de quinze dias, apresentasse um documento resumo, do que é que efectivamente tinha acontecido no Parque de Feiras e Exposições, e que fosse de imediato tomadas as medidas para repor a legalidade. Como é obvio e como era já na altura óbvio para mim, penso, que logo a partir dessa data, todas as despesas e as receitas do Parque de Feiras e Exposições, passaram a constar da contabilidade municipal. Como aliás, como viram este ano, e contrariamente aos anos anteriores, já está prevista uma receita do Parque

de Feiras e Exposições no Plano de Actividades e Orçamento que aprovámos de cento e vinte mil contos, que é perfeitamente diversa das apresentadas nos anos anteriores. Mas gostaria sem tomar muito do vosso tempo tanto mais que o adiantado da hora o requer, que por exemplo, há subtilezas que é necessário que fiquem de uma vez por todas aclaradas. Por exemplo, a Câmara solicitou ao IGAT, efectivamente que o IGAT viesse fazer uma inspecção. Onde é que deliberou isso o Executivo Municipal? Deliberou, na sua reunião de dois de Outubro de 1996 (acta 46) por unanimidade que: "A Câmara Municipal requeira com o carácter de urgência, uma inspecção ao IGAT, sobre esta matéria, com vista a averiguar as referidas irregularidades e a apurar eventuais responsabilidades". Isto depois traduzido, numa carta para o IGAT, deu o seguinte texto: "Visita de Inspecção - Excelência: tendo na última reunião da Assembleia Municipal sido levantadas suspeitas sobre o funcionamento do Parque de Feiras e Exposições de Aveiro, julga esta Câmara Municipal, que é conveniente verificar no local tal matéria, de modo a que haja o esclarecimento conveniente e possa ser corrigido o necessário. Deste modo, peço a Vossa Excelência que com a brevidade possível ordene uma visita do IGAT a esta Câmara Municipal". Ficou pelo caminho, efectivamente todo o texto, que tinha sido aprovado na reunião da Câmara Municipal de Aveiro, que dizia para a Câmara requerer, com o carácter de urgência, uma inspecção do IGAT sobre esta matéria, com vista a averiguar as referidas irregularidades, que efectivamente, a Câmara como é obvio, na altura já sabia que havia irregularidades, ia apurar as eventuais responsabilidades. Eu gostaria de ler, em voz alta, o relatório final do Chefe da Divisão Financeira, sobre este problema do Parque de Feiras e Exposições. Diz que: Dando cumprimento ao Despacho do Sr. Presidente da Câmara, se deslocou ao Parque de Feiras a fim de iniciar as diligências referidas no respectivo Despacho. Assim, à data de três de Outubro, o saldo existente era no montante de quarenta e sete mil seiscentos e sessenta e cinco contos duzentos e noventa e cinco escudos e quarenta centavos, que se encontrava depositado. No Banco de Comércio e Indústria, quinze mil e cinquenta e um contos e no Banco Espírito Santo, trinta e dois mil seiscentos e catorze contos, importâncias estas que foram de imediato depositadas na conta da Câmara Municipal. De facto, tiveram que ser de imediato depositadas, porque estavam irregularmente, e ilegalmente depositadas, na conta do Parque de Feiras e Exposições a que tinha sido dado o número de contribuinte da Câmara Municipal, mas que não constavam, das contas que foram apresentadas à Inspeção Geral de Finanças, quando esta, fez à pouco tempo, uma inspecção à nossa Câmara. Segundo ponto: "para normal funcionamento do Parque de Feiras e Exposições, foi proposta a criação do fundo permanente mil e quinhentos

contos". Depois diz que, se encontravam por liquidar várias facturas, três mil cento e oitenta e seis contos, que devem ser presentes à reunião da Câmara, para a sua aprovação. Vejam este pormenor, porque estas despesas tinham que passar por deliberação do Executivo Camarário. Para além da transferência agora operada, verificou-se também que em onze de Setembro foi transferido para a Câmara, o montante de vinte e cinco mil contos. Todas as transferências que tinham sido feitas para a Câmara do Parque de Feiras e Exposições, tinham sido de vinte cinco mil contos em onze de Setembro de 1995. Em dois de Novembro de 1995, foi recebido da Câmara a importância de dois mil e quinhentos contos, proveniente do Instituto de Emprego e Formação Profissional, para participação na Feira do Artesanato, que foi transferida para o Parque de Feiras. Quer dizer, a Câmara recebe uma participação, e transfere-a para o Parque de Feiras. Penso que este assunto, é um assunto de uma gravidade ainda maior. Depois diz que: o número de contribuinte utilizado pelo Parque de Feiras era o número da Câmara, ou seja o 680034994. E aqui, eu faço a primeira pergunta. Se este era o número de contribuinte da Câmara, e se estas contas estavam em nome da Câmara, como é que foi possível, que estas contas, escapassem ao controlo da IGF? Que certamente, a primeira coisa que veio verificar, era se as contas bancárias condiziam com os montantes depositados, fazer a conciliação bancária. E como é que estas contas escaparam, se tinham o mesmo número de contribuinte da Câmara? É uma coisa que gostaria que o Sr. Presidente me desse alguma resposta. Ou teria havido alguma informação, para não serem dadas estas contas? O Sr. Presidente ainda me há-de dizer se sim ou não, se aconteceu eventualmente alguma coisa disso, até porque isto pode ser complicado, por exemplo, para os Gerentes bancários que deram as respectivas informações. Pergunta concreta é, constaram ou não estas contas, dos valores apresentados à IGF, quando ela fez a última inspecção? Depois, tem uma página de anomalias, que certamente, o Sr. Dr. Nascimento não se vai rir tanto delas, como se tem rido até anteriormente. E diz assim: Anomalias 1 - somada toda a receita e toda a despesa desde 1993 até à recente data, verifica-se que, existe uma diferença para mais, na despesa, no montante de vinte e nove mil seiscentos e setenta e cinco contos duzentos e vinte e três escudos e noventa centavos. Depois diz, para esta diferença contribui o seguinte: despesas bancárias não contabilizadas, não eram emitidas guias de receita das cauções, e posteriormente aquando da sua devolução, eram emitidas ordens de pagamento, cheques emitidos com ordens de pagamento, cheques esses que eram por vários motivos anulados, no entanto as ordens de pagamento não eram anuladas, continuando a ser consideradas como despesas efectivas, cheques sem cobertura que eram devolvidos e não se

processava qualquer operação contabilística, ou seja, a receita não era anulada. Já agora gostaria de perguntar, é uma outra pergunta que penso pertinente, se ainda existem nos cofres, alguns destes cheques, que foram devolvidos por falta de provisão, e se, atempadamente se utilizaram as medidas civis e criminais, que existem para processar, efectivamente, problemas deste tipo? O segundo ponto, por acaso diz alguma coisa sobre isto, mas não diz a totalidade, porque não diz a quantidade e o valor. Diz: "Foram encontrados cheques sem cobertura, sem que se tenham accionado judicialmente". Em quantidade? De que valor? De quem? Enfim, vamos ter as respostas a isto certamente, durante esta reunião, porque certamente o Sr. Presidente não veio para esta reunião, e não nos vai dizer desculpe, não sei! Criou uma comissão própria, deve estar mais do que informado sobre estes assuntos, tem de estar informado destes assuntos, tanto mais que sabia, que é importante, que no fim desta Assembleia não restem dívidas, sobre se de facto, as coisas corriam bem, corriam mal, se perdeu dinheiro, se desapareceu dinheiro, como é que foi?

Terceiro ponto: A contabilidade que a firma Inforcacia vem fazendo, não se encontra em ordem. Pois nem sequer se encontra encerrado o ano de 1993. Mas, para além disso diz: "Nunca apresentaram qualquer fecho de ano". Vejam meus Senhores e minhas Senhoras, como é que eram contabilizadas estas verbas, cujo o saldo não era tão pouco avultado como parece, porque rondava os 50 000 contos. E no último ponto diz: "Na candidatura ao programa operacional do centro...", não diz quem é que se candidatou ao programa operacional do centro, presumo que foi a Câmara, porque, obviamente o Parque de Feiras e Exposições não tinha capacidade jurídica para o fazer. Uma das coisas que é preciso, pelo menos, é ter número de contribuinte e pelo que vimos, o Parque de Feiras e Exposições não o tinha. Ou foi feito pela AIDA, eventualmente, não sei se foi. Diz: "Na candidatura ao programa operacional do centro, existe uma diferença de dez mil e cinquenta contos com sessenta e sete escudos, entre a parte que foi comparticipada e aquela que realmente deu entrada nos cofres". Isto é, desapareceram, desapareceram, pelo que eu consigo retirar daqui, entre o dinheiro que veio efectivamente, do programa operacional e aquele que entrou, existe uma diferença de dez milhões zero cinquenta zero sessenta e sete escudos. Dez mil contos números redondos, de comparticipações que foram feitas, mas dinheiro de diferença entre a parte de comparticipações, e aquela que realmente, deu entrada nos cofres. É o que me apraz registar. Eu voltarei ao assunto, logo que o Sr. Presidente da Câmara me responda com minúcia, tendo como certo que, é de facto hoje o Presidente da Câmara, mas cabe-lhe a si, a parte fundamental da responsabilidade desta questão, porque na altura, era o Vereador Presidente, a quem estavam cometidas as funções de fazer

isto legalmente e não se ter acumulado toda esta serie de ilegalidades, que efectivamente se cometeram durante todos estes anos, no Parque de Feiras e Exposições".

Vogal António Salavessa:

"A minha deixa, de facto, é a seguinte: a intervenção que antecedeu, não trouxe grande novidade, não a quero desvalorizar por causa disso. Muitos dos dados já tinham sido trazidos pelo próprio (na maioria dos casos) a esta Assembleia, houve alguns elementos novos que resultam da tal disponibilização da contabilidade. Se a ideia, era que se justificava uma inspecção do IGAT para clarificar esta situação, a ideia que se tira hoje, depois da disponibilização desses documentos relativos a que ela se impõe de facto. Portanto, não esclarece, lança novas dúvidas. E que é do interesse da Câmara (se a Câmara procedeu de forma limpa e não tem nada implicado) que essa inspecção venha, porque além das questões que já foram referidas pelo Sr. Raúl Martins, de uma consulta também rápida, e com o auxílio que solicitei a alguém mais entendido na matéria, acrescenta outras questões. É impossível nós olharmos para uma prestação de contas, em que maior parte dessas contas, é a descrição de movimentos bancários sem que esteja anexo os respectivos extractos bancários. Portanto, nas contas que nos foram disponibilizadas, em relação a uma das instituições de crédito, através da qual foi movimentado dinheiro, não há qualquer extracto de conta disponível, e em relação a outra instituição, há apenas um extracto de conta, que é um extracto aparentemente final, mas onde abrange o período da ordem da transferência para a Câmara, do saldo, sem que isso certifique de facto. Isso aliado a outras questões, a maior parte delas já colocadas pelo Sr. Raúl Martins, mas com algumas confusões relativas a depósitos a prazo, nomeadamente, o lançamento de catorze mil contos para depósito a prazo, registado em Outubro, mas referente a Abril, portanto só em Outubro é que é feito o registo de um depósito feito em Abril! Que confusão é esta? Além, de no Relatório de Actividades, que está no livro 5C, se referem receitas, despesas e saldo, e mais abaixo vem outras despesas. Como é que é possível, apresentar-se um balanço final com estas características? Não há qualquer tipo de justificação. Por isso, Sr. Presidente, escreva de outra maneira à Inspecção Geral, não faça a Assembleia escrever, e que venha a Inspecção apurar a verdade dos factos".

Vogal Victor Mangerão:

"Eu vou dar apenas a minha opinião pessoal neste caso. Faço-o à vontade, porque tive uma intervenção também pessoal, quando este assunto foi despoletado nesta Assembleia Municipal. Permitam-me que eu desfoque para outras áreas de análise este problema, porque acho que é pertinente enquadrá-lo, à luz de outros factores e de outras circunstâncias

e também de outras consequências. Se bem me lembro, escreveu-se inclusive, que, com este problema, nesta Assembleia Municipal, no ano passado o partido Socialista em Aveiro, tinha começado a sua estratégia, como se diz popularmente, do "rasgadinho", em função da conquista da Câmara Municipal. E penso que foi interessante, foi um ataque bem construído, o Dr. Raúl Martins, como o Sr. Salavessa aqui teve já a oportunidade de lembrar, já nessa altura tinha conhecimento, de uma série de elementos que hoje, de certo modo repetiu, porque alguém procedeu, legitimamente, e muito bem, a uma análise dos documentos, ao enquadramento da questão e achou de oportunidade política e muito bem, trazer o assunto a esta Assembleia. Parece que a Câmara Municipal, dias antes, se não semanas antes, estaria avisada, que o assunto viria aqui ser trazido. Era de esperar, que a Câmara Municipal já nesse dia, longínquo, estivesse preparada para responder. O que de certo modo aconteceria isto, as perguntas que hoje lhe são dirigidas, ter-lhe-iam sido dirigidas, ou foram dirigidas de outra maneira, qui ça, ou seja, o problema que se pôs ao PSD, particularmente na minha perspectiva, foi assim. É que a Câmara, negligentemente ou não, se calhar pouco habituada a que certos assuntos fossem dramatizados, para lá de um certo limite nesta Assembleia, veio para essa Assembleia, sem estar capacitada suficientemente para responder às questões, que foram levantados pela bancada do Partido Socialista. Politicamente foi um erro, pagou por isso. Foi uma barafunda, eu diria até, que foi uma relativa humilhação, na altura. Não gostei. Eu para mim, institucionalmente, gosto de ver as coisas, é com os juizes, é com o Presidente da República é até com o Ministro da Agricultura, é até com os Eurodeputados. Gosto de ver as pessoas titulares, as Instituições que ocupam certas posições no Estado, na Sociedade, serem sempre preservadas e não serem atacadas para lá de um certo ponto; não serem atacáveis. Não gostei do que aconteceu à Câmara nessa altura. E por isso, não foi por comiseração, muito menos por compadrio partidário e ainda menos por acordos secretos, ou, por branqueamentos de qualquer espécie a uma Câmara, na qual nós não temos posição efectiva de poder, portanto, não temos que ter essas solidariedades. Não foi por nada disso que o PSD na altura não aderiu, indo a reboque da agressividade do Partido Socialista nesse dia. A agressividade do Partido Socialista é com o Partido Socialista, aliás faz parte, se calhar legitimamente, do seu posicionamento do poder neste momento. Mas, é que há um princípio fundamental, que é o da clarificação de coisas segundo a regras.

Há um princípio, que é fundamental também nisto, que é o princípio do contraditório, não é só dos processos civis, da forma como as coisas se resolvem nos tribunais, também tem que ser aqui, no âmbito do debate e das questões políticas. A Câmara não estava capacitada para

exercer o princípio do contraditório, e nós considerámos que a Câmara deveria apresentar as suas razões, preparar-se para responder cabalmente a todo este problema. Daí não foi um protelamento, foi uma atitude moderada, mas uma atitude consciente e perfeitamente responsável. O ter sido feito um relatório, que agora é dado a conhecer, que nem todos os membros desta Assembleia, aliás, se preocuparam em previamente vir conhecer. Significa que, melhor ou pior, a Câmara, teve a sua oportunidade de usar a seu favor, o princípio contraditório. O resultado está à vista; foi uma má peça e dificilmente seria de esperar que fosse muito melhor. Vou dizer porquê: Alínea a) porque é obvio, que sendo feita pela própria Câmara, a haver irregularidades, a tendência mesmo de boa fé, será para minimizar as irregularidades, ou para tentar compensar, através das explicitações dadas. Alínea b) porque, sendo uma assunto denso, porque abrange vários anos de gestão e abrange várias áreas de actuação, desde a política, que começa no despacho inicial, ás pequenas perversões do procedimento que se vai tomando, o que acontece é que, antes da questão da contabilidade, que em si mesmo é complicada, e nem todos têm a capacidade profissional e a acutilancia, e o brilho, do Dr. Raúl Martins nessa área, para lá disso acontece uma coisa, é que há, como que uma alienação política que se vai instalando no "statu quo". É realmente a consagração de facto consumado. Foi aqui dito e muito bem, eu concordo, isso é quase um principio genérico negativo da vida política em geral. Começa-se pela pequena ilegalidade, e depois como não há "feed backs", não há nada contra, não acontece nada. Ela até é cómoda e aparentemente, dá bons efeitos e cai-se ás tantas, numa grande ilegalidade, porque uma pequena ilegalidade a partir de um certo tamanho no tempo, passa sempre a ser uma grande ilegalidade. E o principio da boa fé, passa sempre muito dificilmente defensável.

O reconhecimento da ilegalidade, está no procedimento, que a Câmara teve imediatamente, de rectificação, que não de ratificação, porque aí já era tarde de mais, na medida do possível, isso é o reconhecimento tácito de que estava mal. O juízo político moral, mais importante para mim, do que o juízo contabilístico sobre estas coisas todas, esse é que ainda está por fazer. E aqui é que pode nascer o grande equívoco, porque este relatório, assim mesmo, não é concludente, mas é suficiente concludente numa coisa, é no não ser concludente. Aqui entramos na outra área da conversa. Nós permitimos e defendemos, contra a agressividade do PS na altura, que aparentemente, se tudo fosse levado ás últimas consequências, se o PSD, ou seja, se toda a oposição lhe desse apoio, aparentemente, podia daqui renascer, uma moção de censura, qualquer coisa assim, vasta, global e trágica contra a Câmara. Não apareceu, e o PSD foi acusado disso. O PSD amparou a Câmara, o PSD

ajudou a Câmara; foi o PSD, não foi o PP, peço desculpa. Hoje estamos à vontade para dizer assim: nós não tínhamos pressa, as coisas vieram ao cimo quando tiveram que vir. O relatório é esse. E infelizmente o relatório, falo por mim, não é satisfatório; por todas as razões já aventadas e de algumas que se calhar já me esqueci. Acontece no entanto, que não podemos escamotear uma coisa aqui, e é bom que não mistifiquemos os assuntos. Essa coisa de culpar o Presidente da Câmara, porque entre o texto realmente, penso que razoável, para as circunstâncias da deliberação tomada em sessão camarária, e a cartinha amistosa, quase ingénua, quase distraída que se escreve para o IGAT, essa diferença, eu não vou assacar responsabilidades nenhuma, nem manobrismos, ao Presidente da Câmara. Queres ver tu, que o IGAT, foi levado pelo tom levezinho em que a carta foi escrita, e por causa disso é que não houve inspecção do IGAT? Mas eu lembro-me aqui, quando o partido socialista, enfunava, com a certeza de que o IGAT já aí vinha. Pois se o PS está aqui na bancada na oposição, mas está lá em baixo em quem manda nos IGATs, no poder, logo nem era preciso que houvesse deliberação desta Assembleia. Aliás, para o IGAT funcionar, nem precisa de cartas das Câmaras. Se um jornal diz que numa Assembleia Municipal foi levantado este aspecto, e isto deu para os jornais encherem na altura. E o PS bem gostou disso. Não sei para que é que o IGAT precisava de cartas da Câmara, vinha cá de modo próprio, vinha cá oficiosamente. Se fosse no tempo do "Cavaco" eram capaz de dizer que o IGAT funciona mal, que só vai às Câmaras socialistas, ou do PC. Neste caso era de esperar outra velocidade, outra eficácia. Ou os homens do IGAT, ainda são da antiga senhora, ou então funciona tudo na mesma, ou então há aqui uma profunda ingenuidade. Afinal o vosso IGAT, não é melhor que o IGAT dos outros. Agora não venham dizer, que foi por causa da carta do Presidente da Câmara.

Se há outras responsabilidades, e eu não quero deixar passar esse ponto aqui, é que foram aqui feitas afirmações, assim na horizontal, aquelas afirmações, que são meia insinuações, meia suposições, meia suspeições, que realmente só uma inspecção do IGAT, é que pode apurar e determinar. Portanto, para não estar a submeter o Sr. Presidente da Câmara a uma segunda carta, que se calhar por causa do estilo literário próprio que ele usa, pode ficar muito parecida com a outra que não deu efeito. Então nesse caso, esta Assembleia, se for preciso, que redija ela própria através do Sr. Presidente uma carta ao IGAT, para vir cá fazer a inspecção. Porque não há dúvida nenhuma, que agora só a inspecção do IGAT é que vem esclarecer isto. Sem minimizar a seriedade de quem fez este relatório da Câmara, mas enquadrando este relatório no seu próprio contexto, eu acho que ele tem de ser acrescentado, pelo relatório que o IGAT eventualmente venha a fazer, não sei se para o ano,

se neste mandato ainda, se daqui a dois meses, com urgência. Mas quando vier esse relatório, então sim, esta Assembleia e a opinião pública em geral, terá os elementos todos, para ajuizar até às últimas consequências de todo este processo, que é um processo que tem muita importância para Aveiro. Porquê? Porque no fundo o que está aqui em causa, mais do que dez mil contos, mais do que quinze mil, ou vinte mil contos, mais do que virem verbas daqui para ali, mais do que apurar-se que mal feitas as contas, ilegalmente construídas as contas. É que era bom que a clarificação deste assunto, marcasse de uma vez por todas, o fim, de um ciclo de gestão camarária, em que era possível assumir com naturalidade, com um ar absolutamente normal, de razoabilidade, de permitido, aquilo que é absolutamente contrariado pela Lei e que deveria ser impossível aos olhos dos munícipes, porque não está de acordo com as regras mínimas da transparência e da claridade, na gestão dos assuntos municipais.

Isto para já não dizer, a ligação que eventualmente existe, entre esta forma com a Câmara assumiu durante anos a gestão do Parque de Feiras e Exposições, com aquilo que acontece com o projecto de Parque de Feiras e Exposições em Aveiro. É evidente, que gerindo uma questão destas, desta maneira, nunca seria possível fazer nascer em Aveiro um projecto razoável, construtivo, e credível, de um Parque de Feiras e Exposições, porquê? Pois se não há projecto sequer, para a gestão deste parquesinho de feiras e exposições, foi inventada a sua gestão de uma maneira "ad hoc", cheia de riscos, como se provou. Como é que é possível estar a conceber um projecto a sério, com base numa filosofia séria, construída, com uma visão de futuro, adequada a Aveiro, daquilo que é uma estrutura tão importante, como o Parque de Feiras e Exposições? Era muito difícil esperar que isso acontecesse. Portanto, eu na minha opinião, este juízo político que é importante que seja transmitido aos munícipes, porque estamos num ano de eleições, vai ser um ano de opções, e é preciso que uma questão destas tenha um valor extremamente pedagógico.

Sr. Presidente, num desafio, peço-lhe que faça uma carta para o Director de IGAT a dizer assim: "transcrevendo a deliberação.... e ficando sem resposta à nossa carta..., agradecemos que procedam". E depois disto não quero saber de recibos verdes, de dez mil contos onde ficaram, nada. Espero pela conclusão do julgamento. Venha o IGAT, e depois do IGAT se houver ainda outra instância que se deva recorrer, talvez o PS queira sugerir, ou o PP. Porque eu não quero é pensar numa coisa, (e com isto termino) é que eu nem sequer quero pensar, na hipótese da não vinda do IGAT, se dever ao famoso acordo secreto entre o PS e o PP".

Vogal Jorge Nascimento:

"Sobre este assunto, quando ele foi levantado, e a meu ver, de certa maneira bem e dentro da legitimidade que cabe ao estatuto de uma bancada de oposição, quando fui levantado pelo Sr. Dr. Raúl Martins, o Sr. Presidente da Câmara já mais ou menos explicou o contexto, em que nasceu essa Comissão de Parques e Exposições. Eu, evidentemente, não vou fazer a defesa de dizer que, a maneira como funcionou a comissão, isso é indefensável, que fosse uma coisa regular. Agora, do que não fiquei com dúvidas foi do seguinte: quando o Sr. Presidente explicou, eu acreditei e continuo a acreditar, e penso que isso corresponde à nua e crua verdade. É que se conseguiu aquela forma, de gerir o Parque de exposições por ter algum pragmatismo ocasional, e ser aquela forma tida por boa fé da Câmara. E, portanto, a própria Câmara e o Sr. Presidente, reconheceram isso mesmo, é uma irregularidade. E quando o problema foi levantado, logo, a Câmara arrepiou o caminho e conduziu o problema a situações de contabilizar os dados patrimoniais, na escrituração da Câmara Municipal. Mais do que isso, a atestar a boa fé, o Sr. Presidente ou a Câmara, deliberou pedir a vinda do IGAT, e eu não vejo até que razão há para reparo não ter sido transcrita a deliberação. A carta solicita ao IGAT para vir verificar o que se passava. Ora, se solicita que venha verificar, é para o IGAT ver, e o IGAT é que há-de tirar as conclusões se existem irregularidades ou não. Não é preciso que a Câmara lhe diga, não embaraça os movimentos do IGAT, dizer-lhe á partida, venham cá ver as irregularidades. Penso que é esse o sentido interpretativo que se pode dar à carta do Sr. Presidente da Câmara. Também não vejo, qual seja a importância, do número de contribuinte ou quem oculta o quê. O que eu reconheço também, é que seja dada uma explicação para isso tudo, isso é certo, e eu estou convencido que as explicações que hão-de vir, sejam do Sr. Presidente da Câmara, sejam da Câmara em colectivo, sejam do IGAT, hão-de abonar e atestar a seriedade, de quem esteve nisso. Mas é agora e para já, prematuro, estar a fazer, como bem disse o Dr. Mangerão, um julgamento desta situação. O mais que se pode fazer é um julgamento do aspecto formal e não é esse a meu ver o que importa. O que importa é a substância. Para mim será importante: os dinheiros auferidos com a gestão do parque de feiras, foi bem ou mal aplicado, houve desvios, não houve desvios, isso para mim será importante. E evidente também, não é despidiendo que as coisas se reconduzam à regularidade formal. Agora, dá-me a impressão, que é prematuro estar a fazer o julgamento da questão sem se terem todos os dados, e portanto, eu aguardarei que o Sr. Presidente exponha o conhecimento que tem da situação, se é possível ou não aclarar profundamente os dados, e depois disso então nos pronunciaremos. Agora, penso que é estar-se a empolar demasiado em justificar o problema, para já".

Vogal Raúl Martins:

"Vou só focar a minha intervenção em dois pontos, que são aqueles que para mim são fundamentais. Efectivamente a Câmara arrepiou caminho, porque estava a cometer uma ilegalidade, e o arrepiar caminho, significa passar de uma situação de ilegalidade para uma situação de legalidade. Mas gostava de deixar esta pergunta no ar. Teria a Câmara arrepiado caminho, não fora, a intervenção feita aqui pelo Partido Socialista? O segundo aspecto, é que o Sr. Doutor baralha as coisas. É que o Sr. Dr. já está a falar em termos de seriedade, e tanto quanto eu saiba até ao momento, ainda ninguém falou de seriedade. O que se falou foi de legalidade, que é uma coisa diferente. De seriedade ou não, isso é preciso uns dias grandes debruçado sobre os papéis, a saber se existe seriedade ou não das pessoas. O que foi aventado, na altura, era que a posição, de como funcionava o Parque de Feiras e Exposições era perfeitamente ilegal, e de facto, a própria Câmara confirmou isso em pleno, e agora veio a juntar mais umas coisas. E são essas coisas que a própria Câmara junta, que nós gostaríamos, desde já ver respondidos, sendo óbvio, que também considero, como o Sr. Dr. Mangerão, que só uma inspecção do IGAT, feito em pleno, é que possa, efectivamente, avaliar das seriedades, legalidades finais e responsabilidades decorrentes das situações que se vinham a viver no Parque de Feiras e Exposições".

Vogal Olinto Ravara:

"Sr. Presidente e caros colegas, eu penso, sobre esta matéria, que estamos de facto perante um assunto de grande melindre, que requer a maior ponderação da parte de todos os presentes, sobretudo, porque não temos ainda nenhum relatório de inspecção do IGAT ou de outra entidade. Parece-me portanto, que a atitude prudente, seria de aguardar por essas conclusões, para que nós pudéssemos, como Câmara política que somos, fazer os nossos juízos políticos, porque só esses, nos devem competir. Contudo, face às insinuações, proferidas pelo Sr. Dr. Raúl Martins na sua intervenção, creio que o melhor caminho será o Sr. Dr. Raúl Martins, participar destas ocorrências ao Ministério Público, porque aquilo que o Sr. insinuou do princípio ao fim é que existe fraude. E como eu não tenho reservas mentais, e que não devem haver, deixo aqui esta humilde sugestão, como simples membro da minha bancada (que não falo nesta matéria pela minha bancada), não vinculo a posição do PSD, Portanto, gostaria de deixar e até gostaria que o Sr. Dr. Raúl Martins, utilizando o direito de resposta, que de facto, informasse, se é sua intenção, face à gravidade das insinuações que proferiu, que indiciam uma fraude, participar desses factos ao Ministério Público".

Vogal Raúl Martins:

" Sr. Presidente, para sossegar os ânimos do meu querido colega Olinto Ravara, que eu não fiz aqui nenhuma insinuação. Tudo o que eu fiz, aqui, foi ler documentos assinados, que estão à disposição no gabinete de apoio à Assembleia Municipal, e verificar que não são insinuações, mas são constatações, e são leituras de documentos que estão também à sua disposição".

Vogal Filipe Brandão:

"Sr. Presidente, ao contrário dos interlocutores do PSD, cuja primeira coisa que fazem ultimamente, logo que pedem a palavra é dizer que se vincam a eles próprios, eu creio vincular a bancada que integro, naquilo que digo. E urge, à priori, fazer um pequeno historial do que se passou e do que nos hoje aqui traz. Assim, em reunião anterior, a bancada do Partido Socialista, denunciou a prática reiterada de ilegalidades por parte do Executivo Municipal, na componente da gestão do Parque de Feiras e Exposições. Designadamente, confrontou na altura o seu Presidente, com a existência de verbas, no tratamento contabilístico, sem qualquer controle, designadamente por este órgão, que anualmente vem, como agora nesta Sessão, uma vez mais exercer as suas competências a nível do planeamento orçamental e do controlo contabilístico da Câmara Municipal. Repito, veio denunciar a prática, reiterada de ilegalidades. Feita essa denúncia e confrontado o Presidente, o Presidente de forma mais ou menos hábil, acabou por adoptar o chamado comportamento concludente, ou seja, reconheceu todas as acusações que esta bancada dirigiu nessa altura. E o que se tratou então, foi de saber se, esta Assembleia reconhecia ou não, que uma vez que não havia possibilidades de aquilatar acerca da real dimensão desta questão, se era possível ou não, que só outra entidade atenta à natureza da matéria, pudesse vir a elucidar esta Assembleia. Recordo que a bancada do Partido Socialista, então, expressou a sua opinião, traduzida aliás em requerimento que apresentou, e que foi chumbado pelos votos do PP e do PSD, com o voto favorável da CDU e ao que creio, de um membro da bancada do PSD, entendeu que só o IGAT poderia vir pronunciar sobre esta matéria. E é aqui que é preciso frisar. Nós estamos aqui a discutir hoje, porque o PSD apresentou uma moção para que a Câmara prestasse esclarecimentos. Ou seja, o PSD acusou, quem votou de forma contrária à sua de precipitação, de não atribuir confiança ao órgão visado para se prestar esclarecimentos, quando foi confrontado na altura e prestou esclarecimentos, e portanto, de alguma forma já teria confirmado tudo. E somos hoje confrontados pelos próprios requerentes desta reunião, que vêem aqui hoje dizer, que já esperavam que não viesse conclusão nenhuma, portanto que não tinham qualquer confiança, e portanto, que venha o IGAT. Ou seja, isto é o chamado comportamento incoerente, inconsequente. Porque de facto,

frisa-se, foi o PSD que requereu esta reunião, que este assunto voltasse hoje a ser discutido. Eu pergunto, o que é que o PSD propôs? Nada. Então, como agora, continua sem saber o que fazer, nem sequer querem ser esclarecidos. A questão é esta, é que quem requereu esta reunião foi o PSD, e o PSD não faz uma única pergunta. Mais, frisa que não estava à espera de quaisquer esclarecimentos. Portanto, eu confesso, que do ponto de vista da bancada o Partido Socialista, a única coisa que pode fazer é reiterar a vontade que então expressou de que viesse o IGAT, mas penso que quem tem que propor alguma coisa, hoje, é quem requereu que esta reunião se fizesse".

Presidente da Mesa:

"Eu julgo que a situação está esclarecida. Eu tenho aqui a proposta se for necessária ler. Diz o seguinte: "Dada a importância e o melindre de que se reveste a questão das contas do Parque de Feiras e Exposições, e considerando que não estamos preparados para avaliar em consciência, as questões convergentes do esclarecimento pretendido, e ainda que a situação anómala a existir, já vem dos Executivos do anterior Presidente da Câmara, Dr. Girão Pereira, entendemos que devem ser prestados todos os esclarecimentos pelo Executivo na próxima Sessão e nesse momento decidir do interesse na inspecção pelo IGAT ou não".

Presidente da Câmara:

"Eu não tenho muito a dizer, porque quando se fala da forma como aqui falou o Sr. Dr. Raúl Martins, em que para mim considero insinuações e suspeitas, a minha actuação terá de ser a mesma que tomei quando da primeira vez aqui foi levantado este problema, requerer à Tutela que fiscalize e que venha fazer o seu relatório, o seu inquérito, para se tirarem conclusões definitivas sobre o processo. Este relatório que aqui está apresentado, foi feito pelo Chefe de Divisão, nem sequer o li. É franco, aberto, como sempre me comportei na minha vida, e na gestão do Parque de Feiras e na gestão da Câmara Municipal. As anomalias que o funcionário detectou, estão aqui, não retirei nenhuma, não estou a esconder nada. Aquilo que eu tenho a dizer é: Não considero que tenha havido irregularidades, não considero que tenha havido precipitações neste processo todo, e aquilo que foi solicitado por esta Assembleia foi apresentado. Em resumo o quê? O relatório de um peso, que não é esclarecedor total, porque não era essa a sua intenção. Dá satisfação ao compromisso que aqui foi assumido pela Câmara, quando foi levantado o problema pela primeira vez. Responde ainda, a um pedido individual, a quem não foi dada resposta directa e individual, mas que foi feito pedido por um dos Deputados, responde aos elementos também que ele solicitou. Como é sabido, solicitou-se a presença do IGAT. Eu penso que tenho que esperar que o IGAT chegue cá, averigúe, veja, e depois o relatório será

trazido a esta Assembleia. Agora a sujeição a esta conversa é crítica política, é uma sanção política que não tem interesse. Há é que provar é a dos actos. Porque quando se diz que há irregularidades, então vamos esperar por alguém isento que as coloque aqui. Queria acrescentar que algumas insinuações que eu tomei nota, de IVAs, IRS, nessa altura eles tomarão em conta e dirão e explicarão se vinham ou não nos relatórios da Câmara. Vinham sim, nos relatórios vinham lá as contas da feira. Sr. Presidente dispense-me de voltar a falar, porque uma vez que considero, que o que vem sendo dito, quer na outra sessão quer nesta, merece-me todo o respeito, e eu não estou a querer fugir às responsabilidades, mas julgo que para ficarem as coisas, para poderem ser apreciadas, pelo IGAT, eu devo estar calado, e esperar que venha o resultado."

Vogal Raúl Martins:

"Gostaria que o Sr. Presidente da Câmara, claramente aqui me dissesse, e dissesse a esta Câmara, quais foram as insinuações ou suspeitas que eu aqui levantei, que não estejam devidamente escritas em documentos oficiais da Câmara. Quando me diz que as insinuações e suspeitas que eu tenho, são as do IRS e não sei quantas mais, o Sr. Presidente ouviu mal. O que eu disse, é que com o tempo disponível e dado a quantidade de papeis à disposição, não era possível aquilatar, se por exemplo, eventualmente, teriam sido retidos, o que é normal de fazer, os 15% do IRS em determinados recibos e se houve o cuidado de fazer isso. Mas eu gostaria de requerer ao Sr. Presidente da Assembleia, que solicitasse ao Sr. Presidente da Câmara, que aqui e publicamente, perante toda esta Assembleia, dissesse para que fique escrito, quais foram as insinuações ou suspeitas, que eu aqui lancei nesta Assembleia, que não estejam devidamente escritos em documentos oficiais como aqueles que tenho aqui presentes e que estão disponíveis para todos os membros desta Assembleia, consultarem".

Sr. Presidente da Câmara:

"Eu penso que as insinuações que eu referi, são naturalmente da compreensão de todos nós. Então peço muita desculpa. Mantenho a mesma posição. Não devo entrar em conversas e alcançar alguma posição em que possa ofende-lo, ou ofender alguém. A situação que é levantada preocupa-me, naturalmente. Aguardamos, é um pedido que eu faço à Assembleia toda, que o IGAT que verifique o que se passa. E, nessa altura eu retiro aquilo que disse. Não quero que o Sr. Doutor fique ofendido comigo".

Vogal Jorge Nascimento:

"Eu respeito muito o que acabou de dizer o Sr. Presidente. Mas, eu acho que o Sr. Presidente usou de bonomia em excesso, para qualificar a intervenção que teve o Sr. Raúl Martins. E eu, não requerendo

que o Sr. Presidente diga, ou que interprete, ou que reproduza o que o Sr. Dr. Raúl Martins disse, eu requero mais. Se for necessário que se leia a acta, porque no meu entender, portanto, na minha interpretação, a intervenção do Sr. Dr. Raúl Martins, tem uma carga política e um sentido crítico à actuação da Câmara. E faz esse sentido crítico, servindo-se sim, do que existia, porque ele citou em documentos, mas dando-lhe aqui e acolá, algo da sua autoria. Mas melhor do que aquilo que eu estou a dizer, este sentido, pode retirar-se da reprodução do que ficou gravado em acta".

Vogal Victor Mangerão:

"Sr. Presidente da Assembleia, eu através de si dirigir-me-ia, a todos os colegas desta Assembleia Municipal, sem ter procuração, nem ter legitimidade nem autoridade de qualquer espécie para o fazer, mas de qualquer forma, por uma questão de sentimento, quase que diria por uma questão de sentimento cívico. Embora nós não tenhamos aqui público, a assistir às nossas discussões, infelizmente também para o público, não só para nós. Embora possamos confiar em que os órgãos de informação aqui representados, possam veicular da maneira adequada, o que aqui se passa, apesar disso tudo, eu atrever-me-ia a dirigir um apelo a todos, e interiorizá-lo, incluindo a mim mesmo, no sentido de assumirmos em termos de dignidade este problema. Sem querer limitar nem delimitar, aquilo que é, o direito à crítica política, e à recolha de dividendos políticos, por aquilo que aqui se possa debater, que é essa a nossa razão de ser aqui. E a nossa divisão partidária, é nisso que se estabelece. Eu penso, que hoje já aqui foi consumado, um debate suficientemente concludente sobre esta questão, aliás, no seguimento de anteriores debates, e que neste momento, seria bom, para todos nós, e para a imagem da autarquia lá fora, que também é importante, seria bom, que nos ficássemos por aqui, porque não vejo que haja qualquer espécie de prejuízo, em ficarmos exactamente neste ponto. Digamos que o testemunho está lançado para outra instância. A Câmara garante, que vai re-apelar ao IGAT, para vir fazer essa inspecção. Nós todos desejamos que a oportunidade dessa vinda do IGAT, seja o mais rápida possível, e não entendo, que seja inoportuno por qualquer razão. Esperamos obviamente, todos nós, desde o Presidente da Câmara, até funcionários que aqui não estão e que indirectamente possam estar a pensar-se envolvidos nesta problemática, aos membros todos das bancadas, todos nós esperamos, que o relatório que um dia seja produzido pelo IGAT, seja posta a pedra final neste assunto e assumidas as responsabilidades e os esclarecimentos finais.

E agora, com tanto que nós temos que fazer, era bom que isto não extravasasse para campos, que até hoje, nesta Assembleia, nunca foram atingidos, eu julgo sinceramente, que não há razão para isso.

Portanto, qualquer pequena susceptibilidade, qualquer pequeno mal entendido, qualquer pequeno equívoco, que tenha nascido, do aceso desta discussão ou da disparidade de pontos de vista, acho que devem ser minimizados face aquilo que é mais importante. É, sermos comedidos, sermos razoáveis, pensarmos na imagem que todos nós temos que defender em termos de dignidade institucional".

Presidente da Mesa:

"Eu depreendo, que no seguimento do que foi proposto na primeira reunião, que deverá ser pedido ao IGAT, um melhor esclarecimento e portanto a sua intervenção para um melhor esclarecimento disso. O que eu depreendo pelos trabalhos, é que o assunto não ficou suficientemente esclarecido, e a proposta que foi apresentada foi para pedir a intervenção do IGAT, se o assunto assim o justificasse. Portanto, a Assembleia ficou de decidir nesta reunião de hoje. Portanto, se estão de acordo, será esse o seguimento que as coisas tomarão".

Terminados os trabalhos, o Sr. Presidente da Mesa submeteu à votação da Assembleia, a acta em minuta respeitante a esta reunião, tendo a mesma merecido aprovação por unanimidade e cujo texto se anexa fazendo parte integrante da presente acta.

Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente da Mesa deu por encerrada a presente reunião.

Eram 01,30 hora do dia 17.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta que, no que for omissa melhor poderá ser confrontada pela gravação elaborada, que vai ser assinada pelo Presidente e pelos Secretários nos termos legais.


Ante de José Dinis Correia
Manuel Augusto Botelho Henriques

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO

ACTA Nº 68

ACTA EM MINUTA DA QUINTA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS
DE DEZEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE AVEIRO REALIZADA EM
16.01.97

Aos dezasseis dias do mês de Janeiro de mil novecentos e noventa e sete, realizou-se a quinta reunião da sessão ordinária do mês de Dezembro da Assembleia Municipal de Aveiro.

Dando cumprimento à Ordem de Trabalhos foram abordados os seguintes pontos que após discutidos mereceram a seguinte votação:

PONTO Nº 3 - SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS - PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS, DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DE RESULTADOS E ORÇAMENTO FINANCEIRO PARA 1997;

APROVADO POR MAIORIA DE 23 VOTOS A FAVOR, ~~VOTOS~~
~~CONTRA~~ E 8 ABSTENÇÕES;

PONTO Nº 4 - PLANO DE PORMENOR DO PICOTO - OLIVEIRINHA - APRECIACÃO E APROVAÇÃO;

Retirado pela Câmara Municipal

~~APROVADO POR MAIORIA DE VOTOS A FAVOR, VOTOS~~
~~CONTRA E ABSTENÇÕES.~~

